

**Universidade do Porto**  
**Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação**

**EFEITO DO ESTATUTO GRUPAL DA NACIONALIDADE DE ALVOS  
DESVIANTES SOBRE A TOLERÂNCIA VS REJEIÇÃO DESSES MEMBROS:  
CASOS DE BRANQUEAMENTO DE CAPITALS.**

**Bruno Miguel Duque Paiva Pinto**

Outubro, 2017

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora *Isabel Rocha Pinto* (F.P.C.E.U.P.).

## **AVISOS LEGAIS**

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

## **Agradecimentos**

À Professora Doutora Isabel Rocha Pinto quero agradecer todo o seu acompanhamento e apoio ao longo deste percurso. Foi um longo caminho mas graças ao seu incentivo e partilha de conhecimento foi possível atingir o fim desta minha etapa académica. Muito obrigado pela confiança que depositou em mim, é com orgulho que termino esta etapa consigo.

Ao Professor Doutor José Marques por todo o valioso conhecimento transmitido ao longo do curso que rapidamente transformou a escolha da área de mestrado num problema de simples resolução. Por cada aula ou seminário no Laboratório de Psicologia Social foi verdadeiramente um prazer escutá-lo.

A todos os colegas do Laboratório de Psicologia Social que estiveram presentes numa fase inicial deste projeto o meu obrigado. A partilha de ideias e conhecimento revelou-se fundamental para o meu desenvolvimento.

Aos meus pais, por todo o amor, mas essencialmente por todo o apoio e carinho não apenas ao longo desta etapa como em todo o meu percurso académico. Obrigado por terem sempre acreditado em mim e nas minhas capacidades.

Ao meus avós, pelo dia a dia, pelas simples conversas e pelo carinho que se reflete em cada palavra que me transmitem. Trago-vos sempre no meu coração.

A todos os amigos e colegas de área com os quais finalizo esta etapa foi um verdadeiro prazer cada momento que passei com vocês. Foi um percurso com altos e baixos mas é com enorme orgulho que chego ao fim desta etapa ao vosso lado. Foram dias, noites e madrugadas que guardarei para sempre na minha memória.

Por último, a todos os meus amigos que me acompanharam ao longo deste projeto, não sei como vos agradecer. Por todas as lamúrias, por todas as horas que passaram a ouvir-me falar sobre este ou aquele tópico, muito obrigado pela vossa amizade e companheirismo. São as pessoas que levo comigo para o futuro e não podia estar mais feliz.

## Resumo

De que forma a reação ao desvio é influenciada pelo estatuto grupal e pelo desvio ocorrer dentro ou fora das fronteiras do grupo? Pedimos aos participantes que avaliassem um membro desviante do endogrupo (Português) dos participantes, ou de um exogrupo (com maior ou menor estatuto social do que o endogrupo: Holandês ou Búlgaro, respetivamente). Para além disso manipulámos ainda o local onde o desvio ocorre, dentro (Portugal) ou fora das fronteiras do grupo (na Holanda ou Bulgária). Estes foram informados que o desviante era suspeito num caso branqueamento de capitais e evasão fiscal de vários milhões de euros. Contrariamente às nossas hipóteses, não se verificaram diferenças significativas na forma como os desviantes foram avaliados entre as diversas condições. Transversalmente, os desviantes foram avaliados como imorais, levemente competentes, e pouco simpáticos, verificando-se maior atribuição do seu comportamento a fatores internos, assim como elevada concordância com reações de exclusão e com comportamentos de vigilância do desviante. Por último, foi também verificado que julgamentos de moralidade medeiam a predição das atribuições internas do crime sobre as reações de exclusão do desviante.

*Palavras-chave:* Teoria da Identidade Social; Reação ao desvio; Dinâmica de Grupos Subjetiva; Estatuto Grupal; Atribuições de Causalidade.

## **Abstract**

How is reaction to deviance influenced by group status and by the deviance occurring inside or outside the boundaries of the group? We asked participants to evaluate a deviant member of the ingroup (Portuguese) of the participants or, from one outgroup (with higher or lower group status than the ingroup: Dutch or Bulgarian). In addition, we also manipulated the place where deviance occurred – inside (Portugal) or outside the boundaries of the groups (at Netherlands or Bulgaria). They were informed that the deviant was a suspect in a case of money laundering and tax evasion of several million euros. Against our hypotheses, there were no significant differences in the way the deviants were evaluated between conditions. Crosswise, deviants were evaluated as immoral, slightly competent, and unfriendly, with the attributions of their behavior being assigned to internal factors, as high agreement with reactions of exclusion and surveillance of the deviant. Lastly, it was also verified that judgments of morality measure the prediction of the internal attribution of crime on the reactions of exclusion against the deviant.

*Keywords:* Social Identity Theory; Reaction to deviance; Subjective Group Dynamics; Group Status; Causality Attributions of causality.

## Enquadramento Concetual

Com a adesão de Portugal à União Europeia abriram-se as fronteiras entre o nosso país e os restantes. Atualmente vivemos numa época marcada por uma livre circulação de pessoas em que, não apenas os portugueses emigram (vendo este processo mais facilitado do que previamente à abertura de fronteiras) como Portugal acolhe diariamente novos imigrantes provenientes de diferentes países com diferentes culturas que se realoizam na esperança de melhor qualidade de vida.

No entanto, a entrada de imigrantes nos países Europeus está longe de ser um tema pacífico. Consideremos, por momentos, o referendo que ditou a saída do Reino Unido da União Europeia (UE), *Brexit* - Um dos argumentos utilizados pelos Partidos (por exemplo, o UKIP – *United Kingdom Independence Party* e por alguns membros do Partido Conservador, como Boris Johnson) que defendiam a saída do Reino Unido da UE é que imigrantes europeus são dispendiosos, dificultando a entrada de outros estrangeiros potencialmente mais interessantes para a economia Britânica. Segundo estes partidos, o controlo das fronteiras seria fundamental não só para o controlo das despesas associadas à imigração (questão sensível na altura de crise em que a Europa ainda vivia), como também para a manutenção da soberania do Reino Unido para melhor negociar com outros países não Europeus (<http://www.vox.com/2016/6/22/11992106/brexit-arguments>). Nas justificativas apresentadas para a saída da UE, evidencia-se uma focalização em argumentos económicos, ou seja, na ameaça que os imigrantes representam para a economia do país e o seu desenvolvimento e soberania. Assim, podemos inferir que um imigrante que incorra em crimes de evasão fiscal e branqueamento de capitais, responsáveis por elevadas perdas económicas para os países onde são cometidos, seja visto como ameaçador.

Os crimes de “evasão fiscal” e de “branqueamento de capitais” entraram em discussão na esfera pública através da divulgação dos *Panama Papers* – um conjunto de 11,5 milhões de documentos com informações detalhadas acerca de duas centenas de milhares de empresas *offshore*, incluindo as identidades dos seus acionistas e administradores. Entre as identidades identificadas, encontravam-se figuras políticas, como líderes governamentais, assim como, milionários de vários países europeus e mundiais (<https://panamapapers.icij.org/20160403-panama-papers-global-overview.html>). Estes documentos apresentaram casos de desvios de capitais, na ordem das várias centenas de milhões de euros, que deveriam ter sido deduzidos e taxados mediante o país onde foram realizadas as transações económicas.

Considerando a importância atribuída no *Brexit* à preservação da economia e soberania do país, com a necessidade de regular as fronteiras para a sua manutenção e estabilidade, podemos inferir que os praticantes deste tipo de crimes representam uma forte ameaça e que prejudicam gravemente a balança económica de um país, prevendo-se que este efeito seja mais robusto no caso de serem imigrantes.

Em linha com o raciocínio anterior e considerando uma perspetiva integradora da Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1978; Tajfel e Turner, 1979), e da Dinâmica de Grupos Subjetiva (e.g., Marques e Paez, 1994; Pinto, Marques, Levine e Abrams, 2010), o presente estudo procura analisar a forma como os indivíduos percebem e avaliam membros do próprio grupo – endogrupo – comparativamente a membros imigrantes de outro grupo – exogrupo – em casos de evasão fiscal e branqueamento de capitais. O presente estudo distingue também entre imigrantes provenientes de exogrupos de estatuto superior e estatuto inferior ao do endogrupo, através da prévia avaliação da percepção que os indivíduos detêm da estrutura social.

Adicionalmente, procura-se analisar se as percepções e avaliações relativas aos desviantes serão afetadas por estes serem emigrantes do endogrupo num exogrupo de Estatuto Superior ou Inferior, manipulando assim o local onde o crime ocorre, sendo expectável diferenças na avaliação do desviante, nas causas atribuídas ao seu comportamento assim como nas reações de exclusão inferidas sobre este mediante as diferentes condições.

### **Categorização Social e Teoria da Identidade Social**

Em sociedade, os indivíduos enquanto membros ativos do seu meio têm tendência a sistematizá-lo e simplificá-lo, o que os auxilia na compreensão do mundo social e na orientação do seu comportamento (Tajfel, 1978). A categorização social é o processo de agrupamento percetivo de objetos e eventos sociais em grupos/categorias de acordo com os sistemas de crenças do indivíduo (Tajfel, 1978). Aplicando este processo à categorização de indivíduos, este pressupõe uma diferenciação percetiva de pessoas em função de categorias sociais importantes para o indivíduo. Esta abordagem teórica prevê que a categorização de objetos ou de pessoas conduz a um fenómeno de acentuação percetiva que implica uma acentuação da percepção de semelhanças dentro das categorias e de uma acentuação da percepção de diferenças entre as categorias.

Segundo a Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1978; Tajfel e Turner, 1979) a partir do momento em que os indivíduos se assumem enquanto membros de um grupo, ou categoria

social, uma parte da sua identidade é atribuída a essa pertença. A identidade social do indivíduo pode ser definida como “a parcela de autoconceito dum indivíduo que deriva do conhecimento que este tem da sua pertença a um grupo social, juntamente com o significado emocional e valor associado a essa pertença” (Tajfel, 1978, p.63). A interação entre os processos avaliativos e os mecanismos cognitivos subjacentes ao processo de categorização são importantes para as divisões sociais entre o grupo a que um indivíduo pertence – endogrupo – e os grupos com os quais é comparado ou contrastado – exogrupo – (Tajfel, 1978). Os indivíduos definem o seu autoconceito social categorizando-se a si mesmos e a outros como membros de grupos social (Tajfel e Turner, 1979).

A identificação com determinados grupos sociais e o valor positivo ou negativo que estes têm no autoconceito do indivíduo, motiva a procura da manutenção ou do alcance de uma identidade positiva. Este valor positivo para o endogrupo, e por conseguinte, para a identidade social do indivíduo, resulta de um resultado positivo em processos de comparação entre o endogrupo e exogrupos (processo de comparação social), em dimensões relevantes para os grupos e os seus membros, sendo através destes processos de comparação social que se encontram associadas avaliações positivas ou negativas desses mesmos grupos.

### **Comparação Social e Estatuto Grupal**

Como observámos anteriormente, a Teoria da Identidade Social postula que os indivíduos se encontram motivados a sustentar uma identidade social positiva enquanto membros dum grupo (Oakes, Haslam e Turner, 1994; Tajfel, 1978; Tajfel e Turner 1979). Em situações de comparação social, podemos inferir que os indivíduos alcançam uma identidade social positiva através do prestígio ou estatuto do seu grupo comparativamente a um exogrupo relevante. Para isso, os membros dum grupo tendem a fazer atribuições ao comportamento, aos resultados e às diferenças grupais de modo a favorecer o seu grupo e os seus membros comparativamente a exogrupos e os seus membros (Hewstone, 1990; Pettingrew 1979, 2001). Assim, deduzimos que o estatuto do endogrupo perante a estrutura social é relevante para a identidade social dos indivíduos e para os comportamentos que advêm dessa pertença social (Bettencourt, Dorr, Charlton e Hume, 2001; Caricati e Monacelli, 2012).

O estatuto dum grupo pode ser definido, como “a avaliação consensual do (...) prestígio dum grupo e os seus membros como um todo” (Hogg e Vaughan, 2011). Desta forma, o prestígio atribuído a um grupo é refletido nos seus membros, baseado em



características que não estão necessariamente relacionadas com as suas características individuais mas sim nas características do grupo como um todo (Sutton, 2010).

Em concordância com a Teoria da Identidade Social (Tajfel e Turner, 1979, 1986) os efeitos de estatuto nas relações intergrupais são muitas vezes mediados pela legitimidade e estabilidade percebida sobre a estrutura social. A legitimidade de estatuto corresponde à percepção que os indivíduos têm relativamente à justiça ou injustiça percebida acerca do estatuto dos grupos na hierarquia social, ou seja por comparação com os outros grupos, os indivíduos podem perceber as diferenças como legítimas ou ilegítimas. A estabilidade de estatuto refere-se à percepção dos indivíduos sobre se o estatuto grupal é passível ou não de ser alterado. Conforme a percepção que os membros dos grupos têm da legitimidade e estabilidade do estatuto diferentes estratégias serão levadas a cabo no sentido de alcançar uma identidade social positiva.

### **Normas grupais**

A pertença e identificação com um grupo implica o conhecimento e afiliação com normas específicas do grupo. Na vida social, as normas são importantes na medida que permitem regular o comportamento dos indivíduos de forma apropriada, sabendo o que esperar dos outros, em diferentes contextos sociais e de forma a interditar comportamentos inapropriados (Asch, 1951; Sherif, 1936; Brauer e Chaurand, 2010). Estas podem ser definidas como proposições que prescrevem crenças, percepções e comportamentos dos membros do grupo (Miller e Prentice, 1996; Turner, 1991). Quando a pertença grupal é saliente os indivíduos despendem uma elevada quantidade de tempo a comunicar direta ou indiretamente sobre normas grupais – é assim que as normas são construídas, transmitidas e aprendidas (Hogg, e Giles, 2012; Hogg e Reid, 2006 cit in Hogg, van Knippenberg e Rast, 2012). As normas definem assim, certas uniformidades sociais que emergem como um produto da interação social e que guiam as percepções e julgamentos do mundo físico e do mundo social dos indivíduos (Hogg e Turner, 1987).

### **Teoria da Dinâmica de Grupos-Subjetiva e Efeito Ovelha Negra**

Segundo a Teoria da Dinâmica de Grupos-Subjetiva (TDGS, Pinto, Marques, Levine e Abrams, 2010) os julgamentos de membros desviantes do endogrupo resultam duma operação combinada entre dois tipos de normas que servem os pressupostos da Teoria da Identidade Social: normas descritivas (distinção intergrupai) e normas prescritivas (comparação social positiva). As normas descritivas especificam o critério pela qual os

indivíduos estabelecem contrastes intergrupais em diferentes configurações sociais e se categorizam a si mesmos e os outros como membros do grupo (Marques, Paez e Abrams, 1998). São exemplo de normas descritivas, a cor da pele, o sexo e uniformes. As normas prescritivas, em contraste, são os requerimentos que os membros do endogrupo devem cumprir de forma a contribuir para uma imagem positiva do endogrupo. Estas correspondem a princípios morais que sustentam a emissão de julgamentos valorativos acerca dos indivíduos, representando assim, os requerimentos que os membros precisam de cumprir para promoverem uma identidade social positiva, ou seja, possibilita que os indivíduos avaliem os outros em termos de desejabilidade social. Em suma, as normas descritivas auxiliam os indivíduos a definir-se a si e aos outros em termos de pertença a uma categoria, enquanto as normas prescritivas operam nessas configurações e permitem aos indivíduos avaliar a integridade moral dos membros do grupo. Quando existe uma configuração social intergrupar bem estabelecida, os membros avaliam a extensão em que os outros membros do grupo contribuem, positivamente ou negativamente, para legitimar a superioridade do endogrupo e então, julgar esses membros adequadamente (Marques et al, 1998).

A investigação sobre o efeito ovelha negra (Marques, Yzerbyt e Leyens, 1988) demonstra que os indivíduos avaliam mais positivamente membros normativos do endogrupo e derogam mais os membros desviantes do endogrupo comparativamente aos seus homólogos no exogrupo. Os membros normativos do endogrupo são aqueles que contribuem positivamente para a avaliação da imagem geral do grupo, sendo assim avaliados mais positivamente que os membros equivalentes do exogrupo. Os membros desviantes como constituem uma ameaça e contribuem negativamente para a imagem do grupo, sendo assim mais derogados do que os seus equivalentes do exogrupo. O *black-sheep effect* define-se então, como uma forma de favoritismo endogrupal em que os membros do grupo procuram garantir a manutenção de uma imagem do endogrupo como um todo (Marques et al, 1988).

A TDGS, desenvolvida a partir da ideia do BSE, propõe que a diferenciação entre membros normativos e desviantes do endogrupo permite que os membros do grupo mantenham uma validade subjetiva positiva em configurações sociais intergrupais (Marques, Paez e Abrams, 1998), ou seja, de modo a promoverem uma identidade social positiva, os membros do grupo tentam manter a legitimidade dos padrões normativos do grupo. O julgamento dos membros do grupo implica então, uma articulação entre a categorização do indivíduo e dos outros através de uma focalização sobre os atributos do

contexto que permite distinguir entre endogrupo e exogrupo e a posterior focalização sobre os padrões de conduta ou as características que sustentam a ideia de superioridade relativa do endogrupo. A TDGS propõe que apenas através de uma reação negativa extrema em direção ao desviante do endogrupo, os indivíduos são capazes de demonstrar o seu compromisso para com o grupo, este é capaz de restaurar a validade da norma violada e consequentemente preservar uma identidade social positiva (Marques e Páez, 1994; Pinto, Marques, Levine e Abrams, 2010).

Quando colocados perante um desviante, os membros dum grupo podem adotar diferentes estratégias de reação ao desvio, por exemplo, essa reação pode ser efetuada numa perspectiva de reintegrar o indivíduo no grupo ou de simplesmente excluí-lo. Ainda que ambas se desenrolem num contexto de interação entre o indivíduo e o grupo, a inclusão ocorre quando o grupo percebe que a contribuição do indivíduo para o grupo é positiva, enquanto a exclusão ocorre quando essa contribuição é negativa, envolvendo-se em estratégias de remover o indivíduo do endogrupo (Levine, Moreland, & Hausmann, 2005).

A punição do membro surge quando os membros pretendem castigar alguém que intencionalmente quebrou uma lei, regra, norma ou expectativa (Vidmar & Miller, 1980). Esta punição desenrola-se em reações inclusivas e reações exclusivas do desviante. As reações inclusivas pretendem inibir a ocorrência de comportamentos indesejáveis no futuro, fazendo o desviante comprometer-se de novo com as normas do grupo, enquanto as reações de exclusão pretendem que o desviante pague pela transgressão que cometeu, através da sua exclusão. É importante a distinção em reações inclusivas e exclusivas, pois enquanto as segundas têm como objetivo excluir o desviante, as primeiras procuram reintegrá-lo no grupo. Nesta perspectiva, os comportamentos de vigilância podem ser classificados como uma forma de reintegração do desviante através do controlo dos seus comportamentos como uma medida compensatória pelo ato em que incorreu, numa tentativa de inibir uma possível reincidência na violação das normas do grupo. Ainda assim, este tipo de medidas são suficientes para expressar a desaprovação do comportamento e que este terá de enfrentar os custos sociais pela violação da norma, visto que, o desviante é confrontado com a obrigação de modificar o seu comportamento. Os comportamentos de exclusão pretendem que o desviante restitua pelo crime que cometeu a validade subjetiva de norma violada, através por exemplo, de medidas como o seu aprisionamento.

## **Atribuições de causalidade**

Segundo Heider (1958) a atribuição é o processo através do qual os indivíduos definem o significado e justificam a origem das ocorrências. De forma a compreenderem o comportamento ou os eventos que os rodeiam, os indivíduos aplicam critérios de julgamento, produto de um balanceamento inconsciente entre causas internas e causas externas.

As atribuições de causalidade ou de comportamento referem-se então, à forma como os indivíduos explicam os seus comportamentos ou os comportamentos dos outros ou a ocorrência de determinados eventos sobre eles ou sobre os outros (Deschamps, 1997; Kelley, 1973; Kelley e Michela 1980). Os estudos têm demonstrado que se tende a compreender os comportamentos, como produto de dois tipos de fatores: fatores intrínsecos ao indivíduo ou fatores extrínsecos, como o contexto. Desta forma, desenvolvem-se dois tipos de atribuições ao comportamento, atribuições de causalidade interna e atribuições de causalidade externa. As causas internas referem-se a características dos indivíduos, como a sua personalidade, atitudes e motivação enquanto, as causas externas dizem respeito a explicações extrínsecas aos atores, como por exemplo, às características do contexto.

O erro derradeiro da atribuição refere que os membros dos grupos atribuem mais causas internas aos comportamentos positivamente avaliados do endogrupo do que aos do exogrupo e atribuem mais causas externas aos comportamentos negativamente avaliados do endogrupo que do exogrupo (Hewstone, 1990; Pettingrew, 1979). Este padrão de julgamento está interligado com os postulados da Teoria da Identidade Social, ou seja, a atribuição de fatores internos a comportamentos desejáveis, estrutura uma representação positiva do endogrupo, enquanto a explicação de comportamentos indesejáveis a fatores externos, permite a relativização de informação que atribua uma representação negativa ao endogrupo, verificando-se o raciocínio inverso relativamente aos comportamentos do exogrupo.

Adicionalmente, a pertença a grupos de estatuto superior ou inferior também influencia a forma como são percecionadas as atribuições do comportamento. Os membros de grupos com estatuto superior estão mais propensos a realizar o erro derradeiro da atribuição (Deaux e Emswiller, 1974; Hewstone, Wagner e Machleit, 1989; Hewstone e Ward, 1985; Rosenberg e Wolfsfeld, 1977), enquanto os membros dos grupos de estatuto inferior não incorrem no mesmo padrão de favorecimento do endogrupo e mediante as circunstâncias privilegiam a representação superior do exogrupo dominante. Esta

diferenciação é explicada como uma reprodução dos estereótipos e expectativas dos respectivos grupos, ou seja, os membros dos grupos atribuem a causas internas, os comportamentos e os resultados dos membros consistentes com o estatuto do grupo, e atribuem os comportamentos e resultados que são inconsistentes a causas externas, independentemente de se tratar do endogrupo ou exogrupo (Feather e Simon, 1975; Hewstone, Bond e Wan, 1983; Iatridis e Fousiani, 2009; Whitehead, Smith e Eichhorn, 1982; Yarkin, Town e Wallston, 1982). Verifica-se que em determinadas circunstâncias, as atribuições de causalidade não revelam um viés universal para o favorecimento do endogrupo mas privilegiam os estereótipos vigentes e o estatuto dos grupos na hierarquia social. Os membros de grupos com posição superior numa dimensão comparativa intergrupar parecem justificar a sua superioridade através da atribuição a causas internas os comportamentos e resultados desejáveis dos seus membros e maior atribuição externa a comportamentos e resultados indesejáveis, em comparação com os mesmos comportamentos e resultados dum exogrupo. Contudo, este viés de favorecimento, não é frequentemente demonstrado por membros de grupos inferiores que, em certas circunstâncias, até privilegiam o favorecimento do exogrupo nas atribuições de causalidade. Sendo as atribuições uma forma importante de os membros dum grupo manterem uma identidade social positiva, destaca-se a importância de as atribuições de causalidade deverem ser coerentes com o estatuto, as expectativas e os estereótipos associados ao contexto intergrupar (Tajfel e Turner, 1979), ou seja, é importante considerar o contexto social dos indivíduos que julgam e dos alvos sob julgamento e como os estereótipos associados aos grupos e as relações que estes detêm, influenciam os julgamentos causais, ou seja, a tendência para os indivíduos realizarem atribuições aos comportamentos do endogrupo ou exogrupo que refletem uma identidade social positiva do endogrupo.

De acordo com Prooijen (2006, 2009), um fator que determina uma maior adesão a estratégias punitivas sobre membros desviantes do endogrupo, do que do exogrupo, é a atribuição de responsabilidade aos desviantes pelos seus comportamentos. Por outro lado, quando a responsabilidades dos desviantes pelos seus comportamentos é dúbia, os indivíduos tendem a ser mais complacentes com os desviantes do endogrupo do que do exogrupo. De acordo com quatro estudos realizados (Prooijen, 2006) quando os indivíduos estão certos da responsabilidade dum desviante por um comportamento criminoso, manifestam mais raiva e hostilidade e vontade em punir o alvo, sendo este um membro do endogrupo, do que se for dum exogrupo. Quando a responsabilidade é duvidosa, o alvo é

apenas suspeito e os membros do grupo revelam menos raiva, hostilidade e vontade em punir o alvo do endogrupo, do que o do exogrupo. Assim, podemos concluir que reações mais extremas a membros do endogrupo são determinadas, em parte, pela responsabilidade pessoal atribuída aos membros pelos seus comportamentos, sendo este um processo que implica intencionalidade, motivações e culpa, no caso de comportamentos desviantes.

Em relação com o efeito ovelha negra, um estudo de Mendoza, Paez, Marques, Techio e Espinosa (2005) demonstrou que ao mesmo tempo que se verificou o efeito ovelha negra e o erro derradeiro da atribuição, a maior atribuição de responsabilidade pessoal pelo comportamento indesejável do membro do endogrupo estava associado a uma avaliação mais desfavorável do alvo e que a maior atribuição pelo comportamento desejável, quer a causas internas ou externas e a perceção do seu impacto positivo para a imagem do endogrupo, estava associado a uma avaliação mais favorável do alvo.

### **Imigração**

Os estudos demonstram que a presença de imigrantes pode ser compreendida como uma ameaça para os membros não-imigrantes dos grupos e que isso pode conduzir a uma desvalorização dos grupos de imigrantes (e.g., Bobo, 1999; Pereira, Vala e Costa-Lopes, 2010; Riek, Mania e Gaertner, 2006 cit in Kauff, Asbrock, Issmer, Thorner e Wagner, 2015). Os imigrantes são julgados pela maioria dos membros com na base na sua assimilação com as normas e os valores da maioria, assim, quando os imigrantes são percebidos como distantes do protótipo do grupo, é provável que desencadeiem ameaça e, consequentemente desvalorização do grupo de onde são provenientes. Adicionalmente, a investigação demonstra que os efeitos negativos da ameaça são especialmente fortes para grupos de imigrantes percecionados como culturalmente distantes, exigentes e com vontade em manter a sua identidade cultural (Kauff, et al. 2015). Por outras palavras, quando os membros não-imigrantes percecionam que os imigrantes não se estão a inserir nas normas, regras e valores do grupo que os recebe, estes são percecionados uma possível ameaça aos membros não-imigrantes e assim tornam-se alvos de derrogação (Kauff, et al. 2015).

## 1. Visão Geral e Hipóteses

A Teoria da Identidade Social pressupõe que através da identificação do indivíduo com grupos sociais e o valor que estes têm no seu autoconceito, os indivíduos buscam a manutenção de uma identidade social positiva em comparações intergrupais entre o endogrupo e o exogrupo. Adicionalmente, em situações de comparação social, a identidade social positiva dos indivíduos é em certa medida, produto do prestígio ou estatuto do seu grupo comparativamente a um exogrupo relevante, sendo que este prestígio grupal é refletido nos membros do grupo baseando-se nas características do grupo como um todo. Segundo a Teoria da Dinâmica de Grupos Subjetiva, o desvio de um membro constitui, uma ameaça à imagem positiva do endogrupo e a derrogação ou depreciação de membros desviantes constitui uma estratégia importante na manutenção de uma diferenciação intergrupar positiva. Desta forma, o presente estudo procura determinar e comparar a reação dos membros do endogrupo à ameaça do desvio cometido por um dos seus pares ou de membros de exogrupos relevantes mediante o estatuto ou prestígio que cada grupo detém na hierarquia social. Adicionalmente, também se procura determinar a influência do local onde o crime foi cometido (endogrupo vs exogrupos) na reação ao alvo desviante.

No presente estudo foi desenvolvido um questionário com o objetivo de compreender como os indivíduos reagem a um desviante que se envolva em crimes de branqueamento de capitais e empresas *off-shore*. Mediante as condições experimentais, o desviante é um membro do endogrupo (Nacionalidade Portuguesa) ou membro de um exogrupo de Estatuto Superior (Nacionalidade Holandesa) ou Estatuto Inferior (Nacionalidade Búlgara). Também foi manipulado local onde o desvio ocorre, dentro das fronteiras do endogrupo (Portugal) ou fora das fronteiras do grupo (Holanda ou Bulgária).

A reação ao desvio é medida em termos de avaliação do desviante, das atribuições inferidas ao seu comportamento e nas reações de punição dirigidas a este.

Tendo em conta o efeito ovelha negra espera-se que (Hipótese 1) o desviante do endogrupo seja mais derrogado do que os respetivos semelhantes do exogrupo uma vez que este ameaça a imagem positiva do grupo, prevendo-se que este seja mais depreciado em termos avaliativos e que as reações de punição sejam mais fortes comparativamente aos desviantes do exogrupo. No caso do desviante do endogrupo cometer um crime fora das fronteiras do grupo, uma vez que este ameaça a imagem e o prestígio do seu grupo em contexto intergrupar, antevemos também uma maior derrogação do desviante Português do que dos outros países (Hipótese 2). É possível que se verifique uma maior derrogação do

Búlgaro face ao Holandês devido à sua pertença a um grupo de estatuto superior (Hipótese 3). A literatura demonstra que comparativamente a membros do endogrupo, os desviantes de alto estatuto não são tão fortemente derogados devido à sua posição e centralidade no grupo (Abrams, Randsley de Moura & Travaglino, 2013; Randsley de Moura & Abrams, 2013).

Antevemos também que possamos verificar um modelo de mediação, considerando a avaliação dos desviantes como mediador da relação entre atribuições internas ou externas e reações de punição do desviante (Hipótese 4).

Por último e ambas a título exploratório, procuramos verificar se quando é que comportamentos de vigilância sobre o desviante geram maior concordância (Hipótese 5) e também através da escala de imigração desenvolvida compreender se a exposição a um relato de um crime cometido por um imigrante dentro das fronteiras do endogrupo ou fora (no caso dum emigrante do endogrupo) afeta a perceção dos indivíduos sobre a sua posição face aos imigrantes (Hipótese 6).

## **2. Método**

### **2.1. Estudo Piloto.**

Para a preparação do estudo experimental, foi desenvolvido um estudo piloto com o objetivo de identificar os países pertencentes à União Europeia que os portugueses percecionam como tendo maior ou menor estatuto comparativamente a Portugal. Foram selecionados 6 países, 3 com probabilidade de se evidenciarem como sendo percebidos como tendo um estatuto superior e 3 como tendo um estatuto inferior comparativamente a Portugal. Estes países foram escolhidos através do seu *ranking* no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – uma medida que traça uma avaliação padronizada do bem-estar e desenvolvimento de um país e sua respetiva população. Desta forma, foram selecionados para o estudo piloto, como países de estatuto superior a Alemanha, a Holanda e a Dinamarca e como países de estatuto inferior a Bulgária, a Roménia e a Croácia.

O estudo piloto consistiu em 2 conjuntos de questões (ver Anexo A): o primeiro procurava aferir a perceção dos portugueses relativamente à posição económica, política e social dos países selecionados na União Europeia, enquanto o segundo grupo pretendia aferir a perceção que os portugueses têm do nível de corrupção existente nesses mesmos países. No primeiro grupo de questões foi questionado aos participantes:

“Comparativamente a Portugal, indique numa escala entre 1 e 7 (1= Menos Prestígio; 7=



Mais Prestígio), em que medida considera que, (1 dos 6 países selecionados) tem mais ou menos prestígio, em termos de: 1) Poderio Económico; 2) Importância para o Desenvolvimento da União Europeia; 3) Influência Política; 4) Estatuto entre os vários países membros da União Europeia; 5) Qualidade de Vida; 6) Importância Histórica”. O segundo grupo de questões subdivide-se em duas alíneas: na primeira, os participantes indicaram o seu grau de concordância numa escala entre 1 e 7 (1= Discordo Totalmente, 7= Concordo Totalmente), que os indivíduos do país em questão são corruptos, nacionalistas, fraudulentos e individualistas, enquanto na segunda, os participantes indicaram o seu grau de concordância numa escala entre 1 e 10 (1= Baixo Índice de Corrupção; 10= Alto Índice de Corrupção) o valor representativo da corrupção no país em questão. A primeira medida teve como objetivo medir a perceção de estatuto relativo do país, e a segunda serviu como medida de controlo, para aferir se o desvio era considerado um traço interferente na perceção acerca do país (diferenças de perceção quanto à corrupção nos países poderia contaminar a avaliação dos alvos que seriam apresentados no estudo principal).

O questionário foi administrado presencialmente a 29 participantes (17 do sexo masculino e 12 do sexo feminino) de forma aleatória, com idades compreendidas entre os 20 e os 57 anos ( $M = 34.28$ ;  $DP = 11.18$ ).

Após a inversão dos valores dos países de estatuto inferior foi construído um *score* de Estatuto composto pelas 6 variáveis do primeiro conjunto de questões (Cronbach's  $\alpha = .60$ ). O objetivo em inverter os valores foi o de encontrar equivalências entre a perceção de um país de estatuto inferior e um país de estatuto superior (ver Tabela 1).

Para isso foram realizados nove testes t-student para amostras emparelhadas com o objetivo de identificar o par de países a utilizar no estudo experimental. Como podemos observar pela Tabela 2 apenas quatro pares de países não apresentaram diferenças significativas entre si: Dinamarca e Roménia ( $t_{28} = -1.141$ ,  $p = .263$ ), Dinamarca e Bulgária ( $t_{28} = 1.728$ ,  $p = .095$ ), Holanda e Roménia ( $t_{28} = -1.520$ ,  $p = .140$ ) e Holanda e Bulgária ( $t_{28} = 1.221$ ,  $p = .232$ ).

De forma transversal, os países de estatuto superior apresentaram valores de corrupção menores comparativamente aos países de estatuto inferior, sugerindo uma possível relação entre o estatuto do país e a perceção de corrupção dos indivíduos. Assim, foram excluídos a Dinamarca ( $M = 2.90$ ,  $DP = 1.543$ ) e a Roménia ( $M = 5.96$ ,  $DP = 1.875$ ), por terem um índice de corrupção demasiado baixo e alto respetivamente.

Apesar da existência de diferenças significativas ( $t_{26} = -3.59, p = .001$ ) na percepção de corrupção entre a Holanda ( $M = 3.26, DP = 1.58$ ) e Bulgária ( $M = 4.85, DP = 1.66$ ), foi decidido utilizar a Holanda como país de estatuto superior e a Bulgária como o país de estatuto inferior a Portugal, tendo sido inserida uma medida de controlo no estudo experimental.

## **2.2. Estudo experimental.**

### **2.2.1. Participantes e Plano Experimental.**

A amostra foi composta por 518<sup>11</sup> participantes, sendo 164 do sexo masculino (31.6%) e 354 do sexo feminino (68.2%), com uma espectro de idades entre 18 e 66 ( $M = 26.21, DP = 8.02$ ), não se verificando diferenças entre sexo ( $\chi^2 = 1.48, p = .477$ ) e idade,  $F(2, 176) \leq .275, ns$ . O plano experimental utilizado foi um 3 (Nacionalidade do desviante: Português vs. Holandês vs. Búlgaro) X 3 (País onde é cometido o desvio: Portugal vs. Holanda vs. Bulgária) inter-participantes, sendo os participantes distribuídos aleatoriamente pelas 9 condições. Após uma análise prévia dos resultados, foi decidido apresentar apenas os resultados para o fator Nacionalidade do Desviante devido à inexistência de diferenças significativas e por questões de cumprimento das páginas estipuladas nas normas da dissertação de mestrado integrado. Contudo, as médias e desvios-padrão obtidos nas diferentes condições podem ser consultados nas tabelas 8, 9 e 10 (em Anexo).

### **2.2.2. Procedimento.**

Os participantes foram solicitados a preencher um questionário (ver Anexo B) acerca das suas percepções sobre criminalidade. Após o preenchimento das questões sociodemográficas, foi apresentado um comunicado supostamente emitido por uma Diretoria oficial de um país, referente a um caso de branqueamento de capitais e evasão fiscal – adaptação de um comunicado oficial da Polícia Judiciária do Porto (<https://www.policiajudiciaria.pt/operacao-b-52/>). O comunicado referia que tinha sido detido um suspeito de crimes de fraude fiscal e branqueamento de capitais através da falsificação de documentos e utilização de empresas *off-shore*. Adicionalmente, foi referido que o Estado do país onde ocorreu o crime tinha sido prejudicado em vários

---

<sup>1</sup> 1 – Foram removidos 53 outliers, devido a representarem valores extremos distantes da média. Foram apenas removidos os outliers que se repetiram mais do que uma vez.

milhões de euros, devido ao não pagamento de impostos no âmbito da atividade desenvolvida e indevida utilização de subsídios atribuídos. Por último, foi mencionado que o suspeito pertencia a um quadro superior numa organização farmacêutica com centenas de milhões de faturação anual e que ia ser presente a um primeiro interrogatório judicial para aplicação das medidas de coação adequadas.

***Manipulação da Nacionalidade do desviante.*** O desviante foi apresentado como tendo nacionalidade Portuguesa, membro do endogrupo, ou Holandesa (Estatuto Superior) ou Búlgara (Estatuto Inferior), membros de um exogrupo.

***Manipulação do País onde é cometido o desvio.*** O comunicado foi apresentado como tendo sido publicado ou emitido pela Diretoria Portuguesa, endogrupo, ou pela Diretoria Holandesa ou Búlgara, exogrupo. Este fator, no entanto, não foi incluído na apresentação dos resultados deste trabalho.

### **3. Medidas dependentes.**

#### **3.1. Identificação Social.**

Previamente às manipulações experimentais, os participantes demonstraram o seu grau de concordância (1 = Discordo Totalmente; 7 = Concordo Totalmente) relativamente a afirmações que pretendiam aferir a sua identificação social enquanto portugueses: (1) “Tenho orgulho em ser português”; (2) “Ser português é uma parte importante da minha identidade”; (3) “Gosto de ser português”; (4) “Identifico-me com a maioria dos portugueses”; (5) “Identifico-me com os valores e ideais portugueses”; (6) “Sinto-me parecido com os outros portugueses” (inspirado em Pinto, Marques, e Paez, 2016). Foi construído um *score* de Identificação Social tendo por base a média destes itens (Cronbach’s  $\alpha = .89$ ).

#### **3.2. Estatuto do País do desviante.**

Posteriormente às manipulações experimentais, foi questionado aos participantes numa escala entre 1 e 7 (1 = Discordo Totalmente; 7 = Concordo Totalmente): “Em que medida concorda ou discorda que (Portugal ou Holanda ou Bulgária, mediante a nacionalidade do desviante) comparativamente aos restantes países membros da União Europeia: 1) Ocupa uma posição de destaque no seio europeu; (2) É determinante para o futuro da UE; (3) Tem um estatuto elevado entre os vários países da UE; (4) É subordinado de outros países europeus; (5) Tem um estatuto baixo na EU”. O *score* Estatuto foi

construído tendo por base a média destes itens, após a inversão dos valores do quarto e quinto itens (Cronbach's  $\alpha = .83$ ).

### **3.3. Indicador de corrupção.**

Seguidamente os participantes demonstraram o seu grau de concordância ou discordância (1 = Discordo Totalmente; 7 = Concordo Totalmente) relativamente à sua percepção acerca dos indivíduos do país do desviante em 2 itens: (1) “Corruptos”; (2) “Fraudulentos”. O *score* de Corrupção foi construído tendo por base a média das duas variáveis (Cronbach's  $\alpha = .98$ ). A inclusão destes itens teve em conta o facto de, no estudo-piloto, os resultados evidenciarem diferenciação de percepção de corrupção nos países de baixo e elevado estatuto.

### **3.4. Normatividade do desvio.**

Os participantes manifestavam a sua percepção acerca do desvio cometido em 6 escalas bipolares: (1 = Pouco Frequente, Intolerável, Inaceitável, Imoral, Atípico, Incomum; 7 = Muito Frequente, Tolerável, Aceitável, Moral, Típico, Comum). Uma Análise Fatorial em Componentes Principais com rotação Varimax demonstrou que os seis itens saturam em 2 fatores (ver Tabela 3): O fator 1 que denominamos de Validade Prescritiva, explica 43.85 % da variância e é composto pelos itens *tolerável, aceitável e moral* - O fator 2 foi denominado de Validade Descritiva, explicando 38.31% da variância e sendo composto pelos itens *frequente, típico e comum*. O *score* de ambas as escalas apresentou um Alpha de Cronbach's de .92 e .86 respetivamente.

### **3.5. Percepção de ameaça.**

Os participantes deram a sua opinião acerca de quão ameaçador o desviante é percebido para o grupo numa escala entre 1 e 7 (1= Discordo Totalmente; 7= Concordo Totalmente): “De seguida, pedimos-lhe que indique em que medida concorda ou discorda, que o Acusado: (1) “Prejudica o seu país”; (2) “Ameaça a imagem do seu país”; (3) “Diminui a confiança no seu país”; (4) “Ameaça o prestígio do seu país”; (5) “É prejudicial para o futuro do seu país”. Um *score* de Ameaça foi construído através das médias dos diferentes itens (Cronbach's  $\alpha = .91$ ).

### 3.6. Avaliação do desviante.

Os participantes avaliaram o desviante em 9 escalas bipolares: (1 = Pouco Íntegro, Desonesto, Incompetente, Pouco Confiável, Antipático, Pouco Inteligente, Antipático, Pouco Inteligente, Má pessoa, Ineficiente, Desagradável; 7 = Muito Íntegro, Honesto, Competente, Muito Confiável, Simpático, Muito Inteligente, Boa Pessoa, Eficiente, Agradável). Estes traços foram escolhidos de forma a incluir traços de competência, de simpatia e de moralidade. Uma Análise Fatorial em Componentes Principais com rotação Varimax demonstrou que os nove itens saturam em 3 fatores consistentes com os três conceitos que pretendíamos medir (ver Tabela 4): O fator 1 que denominámos de Moralidade, explica 36.13 % da variância e é composto pelos itens *Pouco Íntegro – Muito Íntegro, Desonesto - Honesto, Pouco Confiável – Muito Confiável, Má pessoa - Boa pessoa* - O fator 2 que denominámos Competência, explica 22.72 % da variância e é composto pelos itens *Incompetente - Competente, Pouco Inteligente – Muito Inteligente, Ineficiente – Eficiente* - O fator 3 foi designado Simpatia explicando 11.43 % da variância e sendo composto pelos itens *Antipático - Simpático e Desagradável - Agradável*. O score médio das 3 escalas apresentou um alpha de Cronbachs's de .79, .77 e .60 respetivamente.

### 3.7. Atribuições ao comportamento do desviante.

Os participantes indicaram o seu grau de concordância ou discordância (1 = Discordo Totalmente; 7 = Concordo Totalmente) em 11 itens, que pretendiam medir as atribuições do comportamento desviante realizado pelo alvo: (1) “Advém da sua personalidade”; (2) “É estimulado pela posição de poder e estatuto social que ocupa”; (3) “É estimulado pela falta de leis e regulamentação adequadas a estes casos”; (4) “É produto da sua motivação pessoal por mais poder e dinheiro”; (5) “É promovido pelo contexto social e económico da sociedade atual”; (6) “É estimulado por a justiça não atuar devidamente neste tipo de crimes”; (7) “Foi provocado pelo próprio na busca de oportunidades para defraudar o sistema”; (8) “Resulta dum sentimento de impunidade associado à posição social que ocupa”; (9) “Deve-se ao poder e estatuto social elevados que provocam maior tendência para a prática deste tipo de crimes”; (10) “Resulta da falta de severidade no julgamento deste tipo de crimes”; (11) “Advém do seu desconhecimento sobre o funcionamento legislativo do país”. Estes itens pretendiam medir atribuições internas e externas. Uma vez que não existem escalas validadas para a atribuição de causalidade a comportamentos desviantes, incluímos estes itens com base em conceitos relacionados com determinantes de desvio, existentes na literatura: atribuições de

intencionalidade, percepção de eficácia do controlo social, estatuto percebido do desviante. Uma Análise Fatorial em Componentes Principais com rotação Varimax demonstrou que os onze itens saturam em 2 fatores consistentes com o proposto a medir (ver Tabela 5): O fator 1 foi denominado de Atribuições Externas, explica 33.37% da variância e é composto pelos itens três, cinco, seis, oito, nove, dez e onze – O fator 2 foi denominado de Atribuições Internas, explicando 14.10% da variância e sendo composto pelos itens um, dois, quatro e sete. O *score* de ambas as escalas apresentou um alpha de Cronbach's de .76 e .59 respetivamente.

### **3.8. Punição formal ao desviante.**

Os participantes demonstraram a sua concordância ou discordância (1 = Discordo Totalmente; 7 = Concordo Totalmente) em 8 possíveis reações ao desviante: (1) “Não lhe deveria acontecer nada”; (2) “Avançar com um pedido de desculpas público”; (3) “Ser despedido do seu cargo”; (4) “Cumprir serviço comunitário”; (5) “Julgado em tribunal pelos crimes”; (6) “Pagar uma multa e prosseguir em liberdade”; (7) “Ser despromovido mas continuar a trabalhar”; (8) “Preso pelo crime que cometeu”. Uma Análise Fatorial em Componentes Principais com rotação Varimax demonstrou que os oito itens saturam em 3 fatores (ver Tabela 6): O fator 1 foi denominado de Exclusão, explica 32.74% da variância e é composto pelos itens, seis, sete e oito – O fator 2 foi denominado de Julgamento, explica 17.32% da variância e é composto pelos itens um e cinco - o fator 3 foi denominado de Punição Leve, explica 13.32% da variância e é composto pelos itens dois, três e quatro. O *score* das escalas apresentou um alpha de Cronbach's de .70, .58 e .52 respetivamente, após inversão dos valores das variáveis, um, seis e sete.

### **3.9. Grau de vigilância do desviante.**

Os participantes indicaram a sua concordância ou discordância (1 = Discordo Totalmente; 7 = Concordo Totalmente) relativamente a 4 itens sobre intenções de vigilância do desviante: (1) “Deveria ser vigiado no futuro”; (2) “Deveria fazer parte duma lista de transgressores acessível à comunidade”; (3) “Apresentar anualmente as suas finanças para análise”; (4) “Estar sinalizado pelas forças de segurança competentes”. A média das variáveis permitiu obter um *score* denominado de Vigilância (Cronbach's  $\alpha$  = .73).

### 3.10. Escala de imigração.

Por último, os participantes demonstravam o seu grau de concordância ou discordância (1 = Discordo Totalmente; 7 = Concordo Totalmente) relativamente aos seguintes 14 itens: (1) “Deveria existir maior fiscalização sobre os imigrantes na entrada no país”; (2) “Os imigrantes ocupam postos de trabalho das pessoas do país”; (3) “Os imigrantes beneficiam o país ao trazerem novas ideias e culturas”; (4) “A regulamentação e as leis de imigração deveriam ser mais restritivas e rigorosas”; (5) “Os imigrantes ameaçam a cultura do país”; (6) “Devia existir uma maior seleção dos imigrantes dependendo do seu país de origem”; (7) “Os imigrantes legais devem ter os mesmos direitos que os cidadãos do país”; (8) “Os problemas sociais agravam-se com os imigrantes”; (9) “Os imigrantes deveriam ser vigiados após a entrada no país”; (10) “Os imigrantes são positivos para o desenvolvimento do país”; (11) “Os imigrantes são uma ameaça para a segurança do país”; (12) “Os imigrantes deveriam apresentar anualmente os seus documentos às autoridades”; (13) “O aumento no número de imigrantes poderá ser uma ameaça para o país no futuro”; (14) “Os imigrantes são geralmente positivos para a economia do país”. Uma Análise Fatorial em Componentes Principais com rotação Varimax demonstrou que os catorze itens saturam em 2 fatores (ver Tabela 7): O fator 1 denominado de Atitude Negativa, explica 44.29 % da variância e é composto pelos itens um, dois, quatro, cinco, seis, oito, nove, onze, doze e treze - O fator 2 foi denominado de Atitude Positiva, explicando 11.19 % da variância e sendo composto pelos itens três, sete, dez e catorze. O *score* de ambas as escalas apresentou um alpha de Cronbachs’s de .89 e .77 respetivamente.

## 4. Resultados

### Variáveis de Controlo

Iremos iniciar a análise dos resultados pela apresentação das variáveis de controlo visto serem variáveis fundamentais para assegurar a equivalência entre as diferentes condições experimentais e assegurar a eficácia das manipulações experimentais.

#### 4.1. Identificação Social

Uma ANOVA Nacionalidade do Desviante no *score* de Identificação Social demonstrou que existe um efeito marginal,  $F(2, 176) = 2.92, p = .057$ , entre a condição

Português ( $M = 5.03$ ,  $DP = 1.05$ ), Holandês ( $M = 4.77$ ,  $DP = 1.09$ ) e Búlgaro ( $M = 5.23$ ,  $DP = .97$ ).

#### **4.2. Estatuto do País do Desviante.**

Uma ANOVA Nacionalidade do Desviante para o *score* de Estatuto demonstrou diferenças entre os grupos,  $F(2, 176) = 53.11$ ,  $p \leq .001$ . Os participantes identificaram a Holanda como o país de estatuto mais elevado ( $M = 4.69$ ,  $DP = .80$ ) comparativamente a Portugal ( $M = 3.16$ ,  $DP = .108$ ) e Bulgária ( $M = 3.42$ ,  $DP = .76$ ). Uma comparação Post hoc indicou que a média do *score* de Estatuto entre Portugal e a Bulgária não foi significativamente diferente. Considerando as nossas hipóteses observámos que apesar de a Holanda ter obtido um *score* de estatuto superior, não se verificaram as diferenças esperadas entre Portugal e a Bulgária, tendo Portugal sido avaliado como o país com a percepção de estatuto inferior.

#### **4.3. Indicador de Corrupção.**

Uma ANOVA Nacionalidade do Desviante no *score* de corrupção demonstrou diferenças significativas,  $F(2, 176) = 14.67$ ,  $p \leq .001$ . O Português foi percebido como mais corrupto ( $M = 4.18$ ,  $DP = 1.29$ ) comparativamente ao Holandês ( $M = 3.25$ ,  $DP = 1.31$ ) e ao Búlgaro ( $M = 2.83$ ,  $DP = 1.56$ ). Uma comparação Post hoc indicou diferenças entre Portugal e a Holanda e Portugal e a Bulgária, mas não mostrou diferenças significativas entre a Holanda e a Bulgária. Contrariamente ao verificado no estudo-piloto não se evidenciaram diferenças significativas entre a Holanda e a Bulgária, contudo, Portugal apresentou valores bastante superiores a estes dois países.

#### **4.4. Normatividade do Desvio.**

Uma ANOVA Nacionalidade do Desviante no *score* médio da validade prescritiva não revelou diferenças significativas,  $F(2, 176) \leq 1.38$ , *ns.*, assim como no *score* obtido para a validade descritiva,  $F(2, 176) \leq .441$ , *ns.*

Em termos médios, os participantes perceberam o desvio como frequente ( $M = 4.90$ ,  $DP = 1.15$ ) e imoral ( $M = 1.86$ ,  $DP = 1.86$ ).



## **Variáveis dependentes**

### **4.5. Percepção de Ameaça.**

Uma ANOVA Nacionalidade do Desviante no *score* de Ameaça indicou diferenças significativas,  $F(2, 176) = 19.16, p < .001$ . Uma comparação Post hoc evidenciou diferenças entre as 3 condições experimentais. Em termos médios, o Português ( $M = 5.53, DP = 1.22$ ) foi percebido como o mais ameaçador seguindo-se o Búlgaro ( $M = 4.85, DP = 1.32$ ) e por último o Holandês ( $M = 3.96, DP = 1.60$ ).

### **4.6. Avaliação do Desviante**

Uma ANOVA Nacionalidade do Desviante nos três *scores* obtidos para Competência,  $F(2, 175) \leq 1.64, ns.$ , Simpatia,  $F(2, 175) \leq 2.63, ns.$  e Moralidade,  $F(2, 176) \leq 1.02, ns.$  não revelou diferenças significativas entre as condições ainda que se tenha verificado um efeito residual no *score* de Simpatia entre a Holanda e a Bulgária.

Em termos médios, os participantes avaliaram o desviante como pouco moral ( $M = 1.98, DP = .85$ ), ligeiramente competente ( $M = 4.06, DP = 1.13$ ) e pouco simpático ( $M = 3.68, DP = .73$ ).

### **4.7. Atribuições ao Comportamento do Desviante**

Uma ANOVA Nacionalidade do Desviante no *score* das Atribuições Externas, não revelou efeitos significativos entre as condições,  $F(2, 176) \leq .198, ns.$ , assim como o *score* das Atribuições Internas  $F(2, 176) \leq .099, ns.$

Ainda assim, observa-se que em termos médios os indivíduos atribuíram as causas do comportamento mais a motivações internas ( $M = 5.14, DP = .85$ ) do que a motivações externas ( $M = 4.52, DP = .89$ ).

### **4.8. Punição formal ao Desviante**

Uma ANOVA Nacionalidade do Desviante no *score* de Exclusão,  $F(2, 176) \leq .48, ns.$ , não revelou diferenças significativas, assim como no *score* de Julgamento,  $F(2, 176) \leq 1.56, ns$  e de Punição Leve,  $F(2, 176) \leq 1.43, ns.$

Observando as médias obtidas verifica-se que os participantes concordam moderadamente com reações de Exclusão ( $M = 5.54, DP = 1.27$ ) assim como de Punição Leve ( $M = 5.32, DP = 1.32$ ). As médias da variável Julgamento evidenciaram que os

participantes concordam fortemente que o desviante deve ser julgado ( $M = 6.71$ ,  $DP = .61$ ).

#### **4.9. Grau de Vigilância**

Uma ANOVA Nacionalidade do Desviante no *score* de Intenções de Vigilância não apurou diferenças significativas entre as condições,  $F(2, 176) \leq 1.73$ , *ns*. Em termos médios, os participantes concordaram moderadamente com ações de vigilância ( $M = 5.32$ ,  $DP = 1.32$ ).

#### **4.10. Escala de Imigração**

Uma ANOVA Nacionalidade do Desviante no *score* obtido relativo à Atitude Positiva, não demonstrou diferenças significativas entre as condições,  $F(2, 175) \leq .191$ , *ns*. De forma geral, os participantes revelaram uma posição positiva relativamente à imigração ( $M = 5.39$ ,  $DP = .98$ ).

Também no *score* obtido relativo à Atitude Negativa, não se verificaram diferenças entre as condições,  $F(2, 176) \leq .298$ , *ns*. Os participantes demonstraram uma baixa atitude negativa face aos imigrantes entre as várias condições experimentais ( $M = 3.04$ ,  $DP = 1.13$ ).

#### **4.11. Modelos de mediação.**

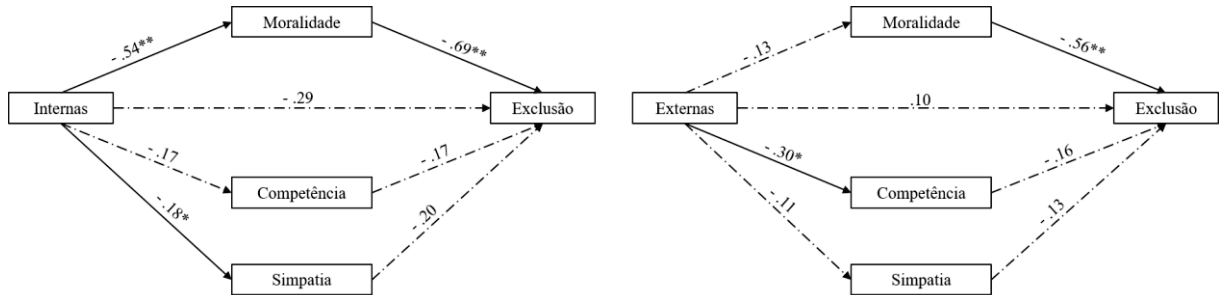
De acordo com a literatura revista e após análise de correlações, procuramos explorar modelos de mediação considerando as atribuições internas e externas como preditores, as três dimensões de avaliação como mediadores e as reações de exclusão do desviante como medidas dependentes. Realizámos 2 modelos de mediação simples (Hayes, 2013; Modelo 4; 10000 bootstraps) para cada uma das três condições, colocando a Exclusão como Variável Dependente nos 2 modelos, as Atribuições Internas (Modelo 1) ou Externas (Modelo 2) como Variáveis Predictoras e a Moralidade, Competência e Simpatia como variáveis mediadoras paralelas; ver Figura 1.

Figura 1.

*Modelos de mediação entre Atribuições Internas (Modelo 1 – esq.) e Externas (Modelo 2 – dir.) como preditores, Avaliação como mediadores e Exclusão como variável dependente (Condição: Português-Portugal).*

\*significativo a um nível de  $p \leq .05$

\*\*significativo a um nível de  $p \leq .01$



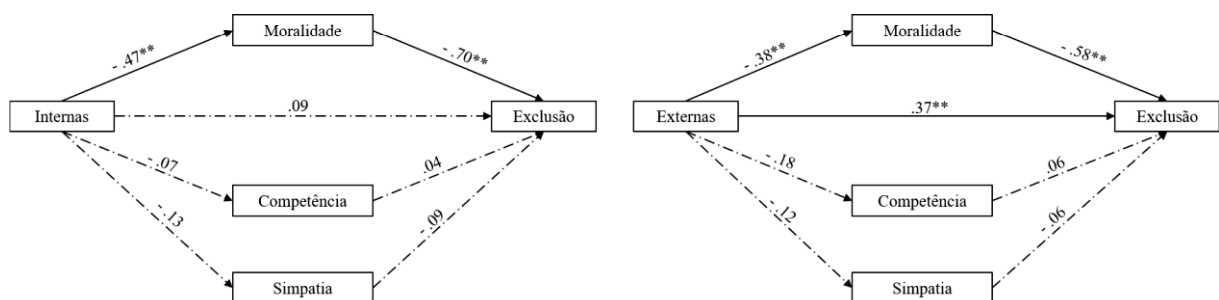
O Modelo 1 que se observa na Figura 1 (esq.) explica significativamente 25% da variância encontrada em Exclusão,  $F(4, 55) = 4.56, p = .003$ . Especificamente, apenas a Avaliação de Moralidade emergiu como um mediador significativo da associação entre Atribuições Internas e Exclusão ( $ab = .37, SE = .12, IC\ 95\% [.18, .67]$ ). As restantes dimensões de avaliação não se revelaram significativas,  $ab < .04$  (0 incluídos nos intervalos de confiança). O Modelo 2 apresentado na Figura 1 (dir.) explica significativamente 23% da variância encontrada em Exclusão  $F(4, 55) = 4.10, p = .006$ . No entanto, nenhuma das componentes avaliativas emergiu como um mediador significativo da relação entre Atribuições Externas e Exclusão. Concretamente, apenas se evidenciou um efeito direto da Avaliação de Moralidade na Exclusão.

Figura 2.

*Modelos de mediação entre Atribuições Internas (Modelo 3 – esq.) e Externas (Modelo 4 – dir.) como preditores, Avaliação como mediadores e Exclusão como variável dependente (Condição: Holandês-Portugal).*

\*significativo a um nível de  $p \leq .05$

\*\*significativo a um nível de  $p \leq .01$



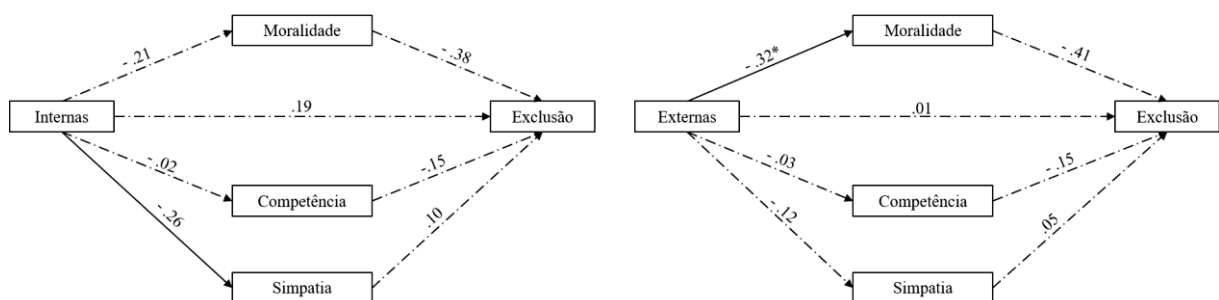
O Modelo 3 na Figura 2 (esq.) explica significativamente 33% da variância encontra em Exclusão  $F(4, 61) = 7.36, p < .001$ . A Avaliação de Moralidade emergiu como um mediador significativo da associação entre Atribuições Internas e Exclusão ( $ab = .33, SE = .09, IC\ 95\% [.18, .55]$ ). As restantes dimensões de avaliação não se revelaram significativas,  $ab < .01$  (0 incluído nos intervalos de confiança). O Modelo 4 que se observa na Figura 2 (dir.) explica significativamente 40% da variância encontra em Exclusão  $F(4, 61) = 10.16, p < .001$ . A Avaliação de Moralidade emergiu como um mediador significativo da associação entre Atribuições Externas e Exclusão ( $ab = .22, SE = .06, IC\ 95\% [.12, .37]$ ). Também se verificou um efeito direto das Atribuições Externas na Exclusão. As restantes dimensões de avaliação não se revelaram significativas,  $ab < .01$ .

Figura 3.

*Modelos de mediação entre Atribuições Internas (Modelo 5 – esq.) e Externas (Modelo 6 – dir.) como preditores, Avaliação como mediadores e Exclusão como variável dependente (Condição: Búlgaro-Portugal).*

\*Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed)

\*\*Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed)



O Modelo 5 e o Modelo 6 da Figura 3 (esq. e dir. respetivamente) não explicam significativamente a variância encontrada em Exclusão,  $F(4, 47) \leq .99, ns$  e  $F(4, 47) \leq .81, ns$ .

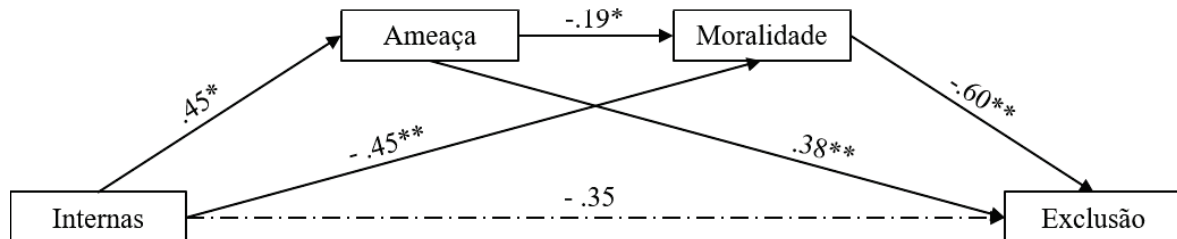
Após as análises anteriores, realizámos um modelo serial múltiplo (Hayes, 2013; Modelo 6; 10000 bootstraps) para cada condição, colocando a Exclusão como Variável Dependente, as Atribuições Internas como Variável Preditora e a Percepção de Ameaça (mediador 1) e a Avaliação de Moralidade (mediador 2) como variáveis mediadoras. Excluimos da análise as atribuições externas visto que o objetivo é o de relacionar a percepção de ameaça e a moralidade como mediadoras da relação entre atribuições internas ao comportamento e a exclusão do desviante ao nível do indivíduo e não do grupo.

Figura 4.

*Modelo de mediação entre Atribuições Internas como preditora, Percepção de Ameaça e Avaliação de Moralidade como mediadores e Exclusão como variável dependente (Condição: Português-Portugal).*

\*significativo a um nível de  $p \leq .05$

\*\*significativo a um nível de  $p \leq .01$



O modelo que se observa na Figura 4 explica significativamente 31% da variância encontrada em Exclusão,  $F(3, 56) = 8.38, p < .001$ . Especificamente, o efeito indireto do modelo de mediação serial múltiplo evidenciou-se significativo ( $ab = .05, SE = .04, IC\ 95\% [.004, .18]$ ). A Percepção de Ameaça e a Avaliação de Moralidade emergiram como mediadores significativos da relação entre Atribuições Internas e Exclusão.

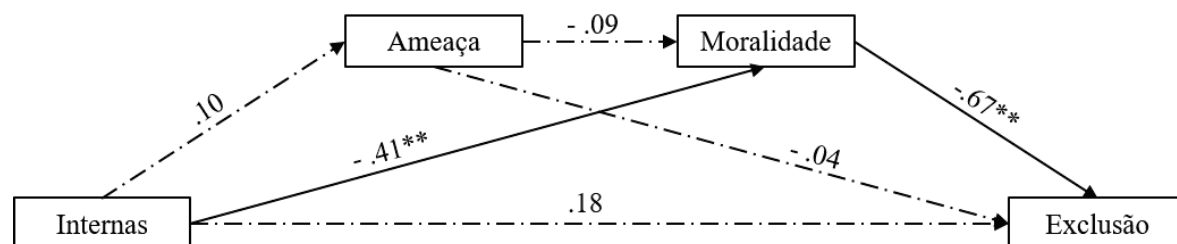
Adicionalmente, verificou-se um efeito direto da Percepção de Ameaça na Exclusão.

Figura 5.

*Modelo de mediação entre Atribuições Internas como preditora, Percepção de Ameaça e Avaliação de Moralidade como mediadores e Exclusão como variável dependente (Condição: Holandês-Portugal).*

\*significativo a um nível de  $p \leq .05$

\*\*significativo a um nível de  $p \leq .01$



O modelo que se observa na Figura 5 explica significativamente 32% da variância encontrada em Exclusão,  $F(3, 63) = 9.80, p < .001$ . Concretamente, apenas se evidenciou um efeito mediador significativo ( $ab = .28, SE = .09, IC\ 95\% [.12, .49]$ ) da Avaliação de Moralidade sobre a relação entre Atribuições Internas e Exclusão. Neste caso a Percepção de Ameaça não se evidenciou como um mediador significativo.

Na condição de um desviante Búlgaro em Portugal, os modelos não explicam significativamente a variância encontrada em Exclusão,  $F(3, 48) \leq 1.54, ns$ .

## 5. Discussão de Resultados

A presente investigação focou-se na reação ao desvio dentro das fronteiras do endogrupo e dentro das fronteiras de dois exogrupos manipulando o estatuto dos 3 grupos envolvidos através da utilização de três países e respetivas nacionalidades. Como pudemos observar não se verificaram efeitos significativos de nenhum dos dois fatores, contrariando a maioria das nossas hipóteses. Ainda que só tenham sido apresentados os resultados para um fator, nas análises dos resultados não se verificaram diferenças significativas do local onde ocorre o desvio. Contrariamente ao esperado, não se verificaram diferenças entre os membros do endogrupo e do exogrupo, não tendo os participantes avaliado ou punido os desviantes de forma diferenciada nas nossas variáveis dependentes. Ainda que, no caso das atribuições se tenha verificado maior atribuição ao comportamento do desviante a causas internas do que externas, este efeito foi transversal a todas as condições experimentais. Considerando os postulados da Teoria da Identidade Social e da Dinâmica de Grupos Subjetiva, seria de esperar que os membros desviantes do engrupo fossem, no mínimo, diferenciados dos do exogrupo e que fossem mais derogados do que os membros do exogrupo.

Como não se verificaram diferenças a um nível intergrupar, importa refletir sobre a relevância da categoria social que se terá tornado saliente e se devido à norma quebrada os participantes possam ter procedido a uma reconfiguração do contexto comparativo. Ainda que, o nosso objetivo fosse que os participantes diferenciassem as categorias sociais pelas nacionalidades dos desviantes, tal poderá não se ter verificado, devido a uma possível reconfiguração do contexto e das categorias presentes que melhor se adequaram aos estímulos. O desvio apresentado foi um caso de branqueamento de capitais e evasão fiscal na ordem de vários milhões de euros o que, por um lado, pode ter induzido os participantes a reconfigurar o contexto de um baseado nas nacionalidades dos envolvidos para um baseado no grupo de restrito de pessoas que praticam ou que encaixam na categoria daqueles que desviam elevadas quantidades de dinheiro. No fundo, desaparece a saliência da categoria nacionalidade do desviante e esta é substituída por uma que melhor se enquadra ao contexto comparativo – são todos desviantes de casos de branqueamento de capitais independentemente da sua nacionalidade. É importante considerar que indivíduos que perpetram neste tipo de crimes têm um estereótipo associado, sendo por norma indivíduos de classes sociais altas e em número efetivo inferior na sociedade. Os participantes podem assim ter-se identificado com a categoria social daqueles que não cometem crimes de evasão fiscal ou branqueamento de capitais, categorizando os

desviantes de forma semelhante, ou seja, como o grupo de indivíduos que praticam este tipo de crimes e que não é distintivo de nenhum grupo social, ou seja, é um desvio que existe em diferentes grupos sociais. É importante considerar a importância da norma violada, ou seja, o desvio de capitais parece algo transversal a todos os países e não se salienta como uma norma distintiva do endogrupo relativamente a um exogrupo, mas sim, como uma realidade que os grupos sociais (países) enfrentam. Assim pode ser possível que um membro de um exogrupo não seja diferenciado dum membro dum endogrupo: a norma violada é comum, não sendo atípico que em diferentes grupos existam membros que pratiquem este tipo de desvio, tornando-se mais saliente o grupo de estatuto na hierarquia social de onde estes advém e que todos os membros da categoria são avaliados e punidos de forma indistinta pois não existe nada que os diferencie, uma reconfiguração do contexto comparativo para um endogrupo normativo e um exogrupo desviante.

Contudo, ainda que não se tenham verificado diferenças nas médias pelos fatores definidos nas hipóteses, foi interessante verificar que, ainda que os participantes tenham avaliado o desviante como imoral, lhe reconheceram traços de competência. Isto pode-se dever à integridade moral ser considerada como uma componente interpessoal importante e por isso, se tenha verificado a importância atribuída a esta através da avaliação negativa da componente de moralidade do desviante. No caso da moralidade, podemos inferir que os participantes se focalizaram no desvio, ou seja, que o desviante desviou elevadas quantidades de dinheiro prejudicando o país onde este ocorreu, ou seja, o contexto salientou a norma prescritiva de não se dever incorrer em branqueamento de capitais. Complementarmente, a importância atribuída à moralidade também se verificou na normatividade do desvio sendo o desvio percecionado como imoral.

Em relação com a ideia anterior, os modelos de mediação simples permitiram observar um efeito significativo da avaliação de moralidade como mediadora da associação entre atribuições internas e reações de punição não só ao nível do endogrupo, como também, ao nível do exogrupo de estatuto superior. Por outras palavras, a moralidade encontrou-se negativamente relacionada com as atribuições internas, ou seja, quanto mais atribuído o comportamento do desviante a fatores internos, o perceciono como imoral e se verificam reações de exclusão. Adicionalmente, o modelo serial múltiplo desenvolvido permitiu verificar a importância atribuída à percepção de ameaça e de moralidade no julgamento de um membro do endogrupo, relacionando-se significativamente com as atribuições internas e as reações de exclusão do desviante. Em suma, quanto mais os participantes percecionaram o comportamento do desviante do endogrupo como sendo

devido a causas internas, mais o percecionaram como ameaçador e ao mesmo tempo imoral o que prediz significativamente as reações de exclusão encontradas nos resultados. Tanto a avaliação do desviante como imoral e os modelos de mediação permitem observar a importância atribuída à moralidade no julgamento de desviantes em casos de branqueamento de capitais.

Por último, verificou-se que os membros demonstraram concordância com as ações de vigilância sobre o desviante, contudo, devido ao contexto comparativo saliente, importa questionar se as ações de vigilância não são produto do grupo dos indivíduos que cometem estes crimes e apenas demonstram a concordância dos participantes em vigiar estes indivíduos como forma de prevenir a sua reincidência e devido a estes estar associado um estereótipo de maior impunibilidade.

## **6. Conclusões**

Os resultados revelaram que, contrariamente a algumas das hipóteses traçadas, os membros do grupo não diferenciam um desviante que ocorra em branqueamento de capitais pelo estatuto grupal da sua nacionalidade. O que se tornou saliente no contexto comparativo foi a norma de não se incorrer em branqueamento de capitais e não a nacionalidade do desviante ou o local onde o desvio ocorre, dentro ou fora das fronteiras do endogrupo (Portugal). Por outras palavras, a categoria de indivíduos que se evidencia no julgamento destes desviantes, não é a pertença grupal da nacionalidade mas a pertença ao grupo de indivíduos que ocorre em branqueamento de capitais de vários milhões de euros contrária a uma categoria normativa que os participantes se identificam. Os participantes não diferenciaram o membro do endogrupo do membro do exogrupo, devido à reconfiguração do contexto para um endogrupo normativo e um exogrupo desviante.

Contudo, uma das principais razões para isso poderá ser que os exogrupos não foram relevantes para serem comparados, ou seja, como podemos observar pela variável de controlo que aferia o estatuto dos países, só se verificaram diferenças entre a Holanda e os restantes. Ainda assim, é importante colocar a hipótese de que mesmo o exogrupo de estatuto superior possa não ter sido relevante o suficiente para produzir diferenças nas respostas dos participantes visto que as diferenças em termos médios não se apresentaram muito distantes. Ainda que, os participantes tenham percecionado significativamente a Holanda como o país de estatuto superior como previsto, o endogrupo foi percecionado em termos médios como o país de estatuto inferior, ainda que não se tenham verificado diferenças significativas entre Portugal e a Bulgária. Contudo, seria expectável que se



tivesse verificado diferenças significativas entre a percepção de um membro do endogrupo e de um membro do exogrupo. Seria interessante compreender se este mesmo efeito se revelaria com grupos mais relevantes ou extremos ao endogrupo na hierarquia social.

Como a seleção dos países foi realizado no Estudo Piloto, importa refletir numa primeira instância sobre este e a sua estrutura pois foi este que definiu a manipulação experimental. Importa questionar se a utilização de questões de evocação livre teria proporcionado resultados mais em concordância com a percepção dos países que os indivíduos têm da hierarquia social. Ao limitar o espectro a 6 opções e tendo sido estas selecionadas através do Índice de Desenvolvimento Humano não obtivemos informação sobre os restantes países, não tendo sido possível obter uma ordenação do estatuto de todos e principalmente uma ideia da percepção dos Portugueses acerca dos restantes países Europeus. Isto poderia ser alcançado através da apresentação da lista de países pertencentes à EU aos participantes e pedindo-lhes que assinalassem os 3 países que consideram de estatuto superior e os 3 países que consideram de estatuto inferior por ordem de importância e prestígio no contexto europeu. Outra limitação foi que os indivíduos não foram questionados sobre a sua percepção do estatuto do endogrupo ainda que, na questão do questionário estivesse sublinhado “comparativamente a Portugal”. Assim não foi possível traçar uma posição do estatuto ou prestígio do endogrupo entre os vários países europeus. Ainda sobre o estatuto, salientámos a importância de Portugal ter sido percecionado como o país de estatuto inferior, fator esse que pode também ter influenciado a reação ao desvio. Por outro lado, talvez o imigrante europeu não seja ameaçador o suficiente para despoletar reações de desvio pela sua nacionalidade visto que, existe um sentimento grupal de pertença à União Europeia que está associado a uma livre mobilidade nos países europeus. Talvez a utilização de um país fora de um continente europeu pudesse produzir resultados distintos e salientar a sua nacionalidade visto que existe uma percepção de fronteiras grupais mais salientes.

O estudo salientou também a importância da percepção de moralidade nos comportamentos de exclusão. Seria interessante compreender se a manipulação da moralidade do desviante (moral vs imoral) poderia produzir diferenças significativas neste tipo de desvio. Existem exemplo recentes de membros endogrupais condenados por crimes de branqueamento de capitais que atualmente desempenham funções de liderança e talvez um fator importante que medeie uns membros conseguirem atingir o estatuto de líder ou não, será a percepção dos membros acerca da sua moralidade.

A vigilância foi outro objetivo que ainda que não tenha permitido observar diferenças a nível intergrupar, permitiu observar que as pessoas concordam moderadamente em vigiar membros associados a casos de branqueamento de capitais. Contudo, seria interessante estudar outras vertentes da mesma, não só a um nível dum grupo minoritário como da maioria. Seria interessante compreender por exemplo, se a vigilância é um fenómeno circunscrito a desviantes ou se os membros do grupo podem concordar com ações de vigilância sobre membros normativos e quais os possíveis fatores que medeiam essa concordância. Analisando acontecimentos recentes, verificámos que através da propagação do terrorismo se têm reunido as condições necessárias para justificar movimentos de vigilância massificada de membros grupais normativos ou desviantes, através de vigilância dos comportamentos dos indivíduos online, das chamadas e mensagens nos seus smartphones ou a instalação de sistemas de videovigilância nas principais capitais e cidades europeias. Seria interessante identificar as variáveis que tornam as pessoas mais suscetíveis a abdicar da sua privacidade ou liberdade individual e a serem alvo de vigilância sendo membros normativos. Por outro lado, talvez seja esse sentimento de pertença a um grupo normativo que torna os membros do grupo mais permissivos a ações de vigilância, contudo, isso não se enquadra no âmbito do presente estudo.

Concluindo, ainda que os resultados do presente estudo não tenham corroborado a grande maioria das hipóteses propostas, foi importante identificar quais os motivos que levaram a este acontecimento. Pessoalmente, considero que a reconfiguração do contexto comparativo foi um fator determinante na perceção que os participantes adquiriram do caso apresentado e foi algo que não havia sido considerado no desenvolvimento do desvio a utilizar nas manipulações experimentais. É interessante verificar que no caso de julgamento de casos de branqueamento de capitais e evasão fiscal os participantes não tenham diferenciado os desviantes mas sim, adotado uma perspetiva de reconfiguração do contexto e tendo adotado uma perspetiva de nós (normativos) e eles (desviantes), revelando a proeminência da norma prescritiva de não incorrer em crimes de branqueamento de capitais face à norma descritiva da nacionalidade do desviante.

## Referências Bibliográficas

- Abrams, D., Randsley de Moura, G., & Travaglino, G. A. (2013). A double standard when group members behave badly: Transgression credit to ingroup leaders. *Journal Of Personality And Social Psychology*, 105(5), 799-815. doi:10.1037/a0033600
- Asch, S. E. (1951). Effects of group pressure upon the modification and distortion of judgements. In H. Guetzkow, *Groups, leadership and men* (pp. 177-190). Pittsburg: Carnegie Press.
- Bettencourt, B. A., Charlton, K., Dorr, N., e Hume, D. L. (2001). Status differences and in-group bias: A meta-analytic examination of the effects of status stability, status legitimacy, and group permeability. *Psychological Bulletin*, 127(4), 520-542.
- Brauer, M., e Chaurand, N. (2010). Descriptive norms, prescriptive norms, and social control: An intercultural comparison of people's reactions to uncivil behaviors. *European Journal of Social Psychology*, 40, 490-499.
- Caricati, L., e Monacelli, N. (2012). Intergroup biases of the intermediate-status group: The effect of stability and instability of social stratification. *The Journal of Social Psychology*, 152, 713-726. doi: 10.1080/00224545.2012.691572
- Deaux, K., e Emswiller, T. (1974). Explanations of successful performance on sexlinked tasks: What is skill for the male is luck for the female. *Journal of Personality and Social Psychology*, 29, 80-85. doi: 10.1037/h0035733
- Deschamps, J.-C. (1997). Attribution or explanations in everyday life. *European Journal of Work and Organizational Psychology*, 6, 7-24. doi: 10.1080/135943297399268
- Feather, N. T., e Simon, J. G. (1975). Reactions to male and female success and failure in sex-linked occupations: Impressions of personality, causal attributions, and

- perceived likelihood of different consequences. *Journal of Personality and Social Psychology*, 31, 20-31. doi: 10.1037/h0076240
- Heider, F. (1958). *The psychology of interpersonal relations*. Mahwah, NJ US:Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Hewstone, M. (1990). The 'ultimate attribution error'? A review of the literature on intergroup causal attribution. *European Journal of Social Psychology*, 20, 311- 335.
- Hewstone, M., Bond, M. H., e Wan, K.-c. (1983). Social facts and social attributions: The explanation of intergroup differences in Hong Kong. *Social Cognition*, 2, 142-157. doi: 10.1521/soco.1983.2.2.142
- Hewstone, M., Wagner, U., e Machleit, U. (1989). Self-, ingroup, and outgroup achievement attributions of german and turkish pupils. *Journal of Social Psychology*, 129, 459.
- Hewstone, M., e Ward, C. (1985). Ethnocentrism and causal attribution in Southeast Asia. *Journal of Personality and Social Psychology*, 48, 614-623. doi: 10.1037/0022-3514.48.3.614
- Hogg, M. A., van Knippenberg, D., e Rast, D. I. (2012). The social identity theory of leadership: Theoretical origins, research findings, and conceptual developments. *European Review of Social Psychology*, 23(1), 258-304. doi:10.1080/10463283.2012.741134
- Hogg, M. A., e Vaughan, G. M. (2011a). Intergroup behaviour. In M. A. Hogg e G. M. Vaughan (Eds.), *Social psychology* (pp. 397–449). Essex: Pearson.
- Hogg, M. A., e Turner, J. C. (1987). Social identity and conformity: A theory of referent informational influence. In W. Doise, e S. Moscovici, *Current issues in European social psychology* (Vol. 2, pp. 139-182). Cambridge, England: Cambridge University Press.

- Iatridis, T., e Fousiani, K. (2009). Effects of status and outcome on attributions and just-world beliefs: How the social distribution of success and failure may be rationalized. *Journal of Experimental Social Psychology*, 45, 415-420. doi: 10.1016/j.jesp.2008.12.002
- Kauff, M., Asbrock, F., Issmer, C., Thörner, S., e Wagner, U. (2015). When immigrant groups 'misbehave': The influence of perceived deviant behavior on increased threat and discriminatory intentions and the moderating role of right-wing authoritarianism. *European Journal Of Social Psychology*, 45(5), 641-652.
- Kelley, H. H. (1973). The processes of causal attribution. *American Psychologist*, 28, 107-128. doi: 10.1037/h0034225
- Kelley, H. H., e Michela, J. L. (1980). Attribution theory and research. *Annual Review of Psychology*, 31, 457-501.
- Levine, J. M., Moreland, R. L., e Hausmann, L. M. R. (2005). Managing group composition: Inclusive and exclusive role transitions. In D. Abrams, J. M. Marques, e M. A. Hogg (Eds.), *The social psychology of inclusion and exclusion* (pp. 137-160). Philadelphia: Psychology Press.
- Marques, J. M. (1990). The black sheep effect: Outgroup homogeneity in social comparison settings. In D. Abrams e M. Hogg (Eds.), *Social Identity Theory: Constructive and critical advances*. London: Harvester Wheatsheaf.
- Marques, J., e Paez, D. (1994). The 'Black Sheep Effect': Social Categorization, Rejection of Ingroup Deviates, and Perception of Group Variability. *European Review Of Social Psychology*, 5(1), 37-68.
- Marques, J. M., Abrams, D., Paez, D., e Hogg, M. (2001). Social categorisation, social identification, and rejection of deviant group members. In Blackwell (Ed.), *Blackwell*

- handbook of social psychology: Group processes* (pp. 400-424). Oxford, UK: Blackwell.
- Marques, J. M., Páez, D., e Abrams, D. (1998). Social identity and intragroup differentiation as subjective social control. In S. Worchel, J. F. Morales, D. Páez, e J.-C. Deschamps, *Social identity: International perspectives* (pp. 124-141). Nova Iorque: Sage.
- Marques, J. M., Yzerbyt, V. Y., e Leyens, J.-P. (1988). The black sheep effect: Judgmental extremity towards ingroup members as a function of ingroup identification. *European Journal of Social Psychology*, 18, 1-16.
- Mendoza, R., Páez, D., Marques, J., Techio, E.-M., e Espinosa, A. (2005). Control social subjetivo y valores culturales: Estudio transcultural experimental sobre el efecto oveja negra y un estudio de campo sobre el 11-M. *Revista de Psicología Social*, 20, 289-300. doi: 10.1174/021347405774277730
- Miller, D. T., e Prentice, D. A. (1996). The construction of social norms and standards. In E. T. Higgins, A. W. Kruglanski, E. T. Higgins, A. W. Kruglanski (Eds.), *Social psychology: Handbook of basic principles* (pp. 799-829). New York, NY, US: Guilford Press.
- Neil Vidmar e Dale T. Miller (1980). Sociopsychological Processes Underlying Attitudes Toward Legal Punishment, (14) *Law e Society Review* 565-602.
- Oakes, P. J., Haslam, S. A., e Turner, J. C. (1994). *Stereotyping and social reality*. Malden: Blackwell Publishing.
- Pettigrew, T. F. (1979/2001). The ultimate attribution error: Extending Allport's cognitive analysis of prejudice. In M. A. Hogg e D. Abrams (Eds.), *Intergroup relations: Essential readings*. (pp. 162-173). New York, NY US: Psychology Press.

- Pinto, I. R., Marques, J. M., Levine, J. M., e Abrams, D. (2010). Membership status and subjective group dynamics: Who triggers the black sheep effect? *Journal of Personality and Social Psychology*, 99, 107-119. doi: 10.1037/a0018187
- Randsley de Moura, G., & Abrams, D. (2013). Bribery, blackmail, and the double standard for leader transgressions. *Group Dynamics: Theory, Research, And Practice*, 17(1), 43-52. doi:10.1037/a0031287
- Rosenberg, S. W., e Wolfsfeld, G. (1977). International Conflict and the Problem of Attribution. *Journal of Conflict Resolution*, 21, 75-103.
- Sherif, M. (1936). A study of some social factors in perception. *Archives of Psychology*, 187(27).
- Sutton, R. M. (2010). Status. In J. M. Levine e M. A. Hogg (Eds), *Encyclopedia of group processes and intergroup relations* (pp. 839–844). Thousand Oaks, Ca: Sage.
- Tajfel, H. (1978). *Differentiation between social groups: studies in the social psychology of intergroup relations*. London: Academic Press.
- Tajfel, H., e Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin, e S. Worchel, *The social psychology of intergroup relations* (pp. 33-47). Monterey, CA: Brooks-Cole.
- Tajfel, H., e Turner, J. (1986). The social identity theory of intergroup behavior. In S. Worchel e W. G. Austin (Eds.), *Psychology of intergroup relations* (pp. 7 24). Chicago, Il: Nelson-Hall Publishers.
- Turner, J. C. (1991). *Social influence*. Belmont, CA, US: Thomson Brooks/Cole Publishing Co.
- van Prooijen, J.-W. (2006). Retributive reactions to suspected offenders: The importance of social categorizations and guilt probability. 32, 715-726. doi: 10.1177/0146167205284964

- van Prooijen, J.-W. (2009). Offenders' social categorization: Ingroup bias or black sheep effect? In M. E. Oswald, S. Bieneck e J. Hupfeld-Heinemann (Eds.), *Social psychology of punishment of crime*. (pp. 211-229). New York, NY US: John Wiley e Sons Ltd.
- Whitehead, I. I. I. G. I., Smith, S. H., e Eichhorn, J. A. (1982). The effect of subject's race and other's race on judgments of causality for success and failure. *Journal of Personality*, 50, 193-202.
- Yarkin, K. L., Town, J. P., e Wallston, B. S. (1982). Blacks and women must try harder: Stimulus persons' race and sex attributions of causality. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 8, 21-24. doi: 10.1177/014616728281003



## **Anexos**

*Anexo A.* Questionário do estudo-piloto.

*Anexo B.* Questionário do estudo experimental.

## **Tabelas**

*Tabela 1.* Médias e Desvios-Padrão para o *score* de Estatuto por país.

*Tabela 2.* Testes t-student para amostras emparelhadas – Países de Estatuto Superior com Países de Estatuto Inferior.

*Tabela 3.* Normatividade do Desvio: *Scores* Item Fator após Rotação Varimax.

*Tabela 4.* Avaliação do Desviante: *Scores* Item Fator após Rotação Varimax.

*Tabela 5.* Atribuições ao comportamento do desviante: *Scores* Item Fator após Rotação Varimax.

*Tabela 6.* Punição do desviante: *Scores* Item Fator após Rotação Varimax.

*Tabela 7.* Escala de Imigração: *Scores* Item Fator após Rotação Varimax.

*Tabela 8.* Médias e Desvios-Padrão para variáveis de controlo e dependentes – Nacionalidade do Desviante: Português.

*Tabela 9.* Médias e Desvios-Padrão para variáveis de controlo e dependentes – Nacionalidade do Desviante: Holandês.

*Tabela 10.* Médias e Desvios-Padrão para variáveis de controlo e dependentes – Nacionalidade do Desviante: Búlgaro.

*Anexo A. Questionário do estudo-piloto.*

No âmbito do Mestrado Integrado em Psicologia, o presente questionário procura compreender quais as perceções dos portugueses sobre os restantes países membros da União Europeia e a forma como se organizam no seio europeu. Não existem respostas certas ou erradas sendo que, as suas respostas serão completamente anónimas e confidenciais, servindo apenas fins de investigação científica. Agradecemos atempadamente a sua colaboração!

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☐

Idade: \_\_\_\_

Na resposta às questões leia a pergunta e circule o número que melhor representa a sua opinião.

- 1) Comparativamente a Portugal, indique numa escala entre 1 e 7 (1= Menos Prestígio; 7= Mais Prestígio), em que medida considera que, a Dinamarca tem mais ou menos prestígio, em termos de:

1) Poderio económico.	MENOS PRESTÍGIO	1	2	3	4	5	6	7	MAIS PRESTÍGIO
2) Importância para o desenvolvimento da União Europeia.		1	2	3	4	5	6	7	
3) Influência política.		1	2	3	4	5	6	7	
4) Estatuto entre os vários membros da União Europeia.		1	2	3	4	5	6	7	
5) Qualidade de vida.		1	2	3	4	5	6	7	
6) Importância histórica.		1	2	3	4	5	6	7	

- a. Indique numa escala entre 1 e 7 (1= Discordo Totalmente; 7= Concordo Totalmente), em que medida concorda ou discorda que, os Dinamarqueses são:

1) Corruptos.	DISCORDO TOTALMENTE	1	2	3	4	5	6	7	CONCORDO TOTALMENTE
2) Nacionalistas.		1	2	3	4	5	6	7	
3) Fraudulentos.		1	2	3	4	5	6	7	
4) Individualistas		1	2	3	4	5	6	7	

- a. Indique numa escala entre 0 e 10 (0= Baixo Índice de Corrupção; 10= Alto Índice de Corrupção), o valor que, na sua opinião, é representativo da corrupção na Dinamarca.

Baixo Índice de Corrupção	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Alto Índice de Corrupção
---------------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------------------------

- 2) Comparativamente a Portugal, indique numa escala entre 1 e 7 (1= Menos Prestígio; 7= Mais Prestígio), em que medida considera que, a Holanda tem mais ou menos prestígio, em termos de:

1) Poderio económico.	MENOS PRESTÍGIO	1	2	3	4	5	6	7	MAIS PRESTÍGIO
2) Importância para o desenvolvimento da União Europeia.		1	2	3	4	5	6	7	
3) Influência política.		1	2	3	4	5	6	7	
4) Estatuto entre os vários membros da União Europeia.		1	2	3	4	5	6	7	
5) Qualidade de vida.		1	2	3	4	5	6	7	
6) Importância histórica.		1	2	3	4	5	6	7	

- b. Indique numa escala entre 1 e 7 (1= Discordo Totalmente; 7= Concordo Totalmente), em que medida concorda ou discorda que, os Holandeses são:

1) Corruptos.	DISCORDO TOTALMENTE	1	2	3	4	5	6	7	CONCORDO TOTALMENTE
2) Nacionalistas.		1	2	3	4	5	6	7	
3) Fraudulentos.		1	2	3	4	5	6	7	
4) Individualistas		1	2	3	4	5	6	7	

- b. Indique numa escala entre 0 e 10 (0= Baixo Índice de Corrupção; 10= Alto Índice de Corrupção), o valor que, na sua opinião, é representativo da corrupção na Holanda.

Baixo Índice de Corrupção	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Alto Índice de Corrupção
---------------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------------------------

- 3) Comparativamente a Portugal, indique numa escala entre 1 e 7 (1= Menos Prestígio; 7= Mais Prestígio), em que medida considera que, a Bulgária tem mais ou menos prestígio, em termos de:

1) Poderio económico.	MENOS PRESTÍGIO	1	2	3	4	5	6	7	MAIS PRESTÍGIO
2) Importância para o desenvolvimento da União Europeia.		1	2	3	4	5	6	7	
3) Influência política.		1	2	3	4	5	6	7	
4) Estatuto entre os vários membros da União Europeia.		1	2	3	4	5	6	7	
5) Qualidade de vida.		1	2	3	4	5	6	7	
6) Importância histórica.		1	2	3	4	5	6	7	

- c. Indique numa escala entre 1 e 7 (1= Discordo Totalmente; 7= Concordo Totalmente), em que medida concorda ou discorda que, os Búlgaros são:

1) Corruptos.	DISCORDO TOTALMENTE	1	2	3	4	5	6	7	CONCORDO TOTALMENTE
2) Nacionalistas.		1	2	3	4	5	6	7	
3) Fraudulentos.		1	2	3	4	5	6	7	
4) Individualistas		1	2	3	4	5	6	7	

- c. Indique numa escala entre 0 e 10 (0= Baixo Índice de Corrupção; 10= Alto Índice de Corrupção), o valor que, na sua opinião, é representativo da corrupção na Bulgária.

Baixo Índice de Corrupção	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Alto Índice de Corrupção
---------------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------------------------

- 4) Comparativamente a Portugal, indique numa escala entre 1 e 7 (1= Menos Prestígio; 7= Mais Prestígio), em que medida considera que, a Roménia tem mais ou menos prestígio, em termos de:

1) Poderio económico.	MENOS PRESTÍGIO	1	2	3	4	5	6	7	MAIS PRESTÍGIO
2) Importância para o desenvolvimento da União Europeia.		1	2	3	4	5	6	7	
3) Influência política.		1	2	3	4	5	6	7	
4) Estatuto entre os vários membros da União Europeia.		1	2	3	4	5	6	7	
5) Qualidade de vida.		1	2	3	4	5	6	7	
6) Importância histórica.		1	2	3	4	5	6	7	

- d. Indique numa escala entre 1 e 7 (1= Discordo Totalmente; 7= Concordo Totalmente), em que medida concorda ou discorda que, os Romenos são:

1) Corruptos.	DISCORDO TOTALMENTE	1	2	3	4	5	6	7	CONCORDO TOTALMENTE
2) Nacionalistas.		1	2	3	4	5	6	7	
3) Fraudulentos.		1	2	3	4	5	6	7	
4) Individualistas		1	2	3	4	5	6	7	

- d. Indique numa escala entre 0 e 10 (0= Baixo Índice de Corrupção; 10= Alto Índice de Corrupção), o valor que, na sua opinião, é representativo da corrupção na Roménia.

Baixo Índice de Corrupção	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Alto Índice de Corrupção
---------------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------------------------

- 5) Comparativamente a Portugal, indique, numa escala entre 1 e 7 (1= Menos Prestígio; 7= Mais Prestígio), em que medida considera que, a Alemanha tem mais ou menos prestígio, em termos de:

1) Poderio económico.	MENOS PRESTÍGIO	1	2	3	4	5	6	7	MAIS PRESTÍGIO
2) Importância para o desenvolvimento da União Europeia.		1	2	3	4	5	6	7	
3) Influência política.		1	2	3	4	5	6	7	
4) Estatuto entre os vários membros da União Europeia.		1	2	3	4	5	6	7	
5) Qualidade de vida.		1	2	3	4	5	6	7	
6) Importância histórica.		1	2	3	4	5	6	7	

- e. Indique numa escala entre 1 e 7 (1= Discordo Totalmente; 7= Concordo Totalmente), em que medida concorda ou discorda que, os Alemães são:

1) Corruptos.	DISCONCORDO TOTALMENTE	1	2	3	4	5	6	7	CONCORDO TOTALMENTE
2) Nacionalistas.		1	2	3	4	5	6	7	
3) Fraudulentos.		1	2	3	4	5	6	7	
4) Individualistas		1	2	3	4	5	6	7	

- e. Indique numa escala entre 0 e 10 (0= Baixo Índice de Corrupção; 10= Alto Índice de Corrupção), o valor que, na sua opinião, é representativo da corrupção na Alemanha.

Baixo Índice de Corrupção	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Alto Índice de Corrupção
---------------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------------------------

- 6) Comparativamente a Portugal, indique, numa escala entre 1 e 7 (1= Menos Prestígio; 7= Mais Prestígio), em que medida considera que, a Croácia tem mais ou menos prestígio, em termos de:

1) Poderio económico.	MENOS PRESTÍGIO	1	2	3	4	5	6	7	MAIS PRESTÍGIO
2) Importância para o desenvolvimento da União Europeia.		1	2	3	4	5	6	7	
3) Influência política.		1	2	3	4	5	6	7	
4) Estatuto entre os vários membros da União Europeia.		1	2	3	4	5	6	7	
5) Qualidade de vida.		1	2	3	4	5	6	7	
6) Importância histórica.		1	2	3	4	5	6	7	

- f. Indique numa escala entre 1 e 7 (1= Discordo Totalmente; 7= Concordo Totalmente), em que medida concorda ou discorda que, os Croatas são:

1) Corruptos.	DISCONCORDO TOTALMENTE	1	2	3	4	5	6	7	CONCORDO TOTALMENTE
2) Nacionalistas.		1	2	3	4	5	6	7	
3) Fraudulentos.		1	2	3	4	5	6	7	
4) Individualistas		1	2	3	4	5	6	7	

- f. Indique numa escala entre 0 e 10 (0= Baixo Índice de Corrupção; 10= Alto Índice de Corrupção), o valor que, na sua opinião, é representativo da corrupção na Croácia.

Baixo Índice de Corrupção	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Alto Índice de Corrupção
---------------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--------------------------

Muito obrigado pela sua colaboração!

*Anexo B. Questionário do estudo experimental – varia em função das condições (ver Método).*

No âmbito do Mestrado Integrado em Psicologia, está a ser conduzido um estudo com o objetivo de compreender a opinião dos portugueses sobre criminalidade.

Salientámos que não existem respostas certas ou erradas e que todos os dados serão anónimos e confidenciais, servindo apenas fins de investigação científica.

O questionário tem a duração média entre 5 e 10 minutos.

Antecipadamente agradecemos a sua colaboração!

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☐  
 Idade: \_\_\_\_\_

Nacionalidade: \_\_\_\_\_

De seguida, encontra algumas afirmações que têm por objetivo compreender a sua atitude enquanto Português. Por favor, responda a cada afirmação, colocando um círculo no algarismo (entre 1 e 7) que melhor corresponde à sua posição (sendo 1=Discordo Totalmente e 7=Concordo Totalmente).

Tenho orgulho em ser português.	DISCORDO TOTALMENTE	1	2	3	4	5	6	7	CONCORDO TOTALMENTE
Ser português é uma parte importante da minha identidade.		1	2	3	4	5	6	7	
Gosto de ser português.		1	2	3	4	5	6	7	
Identifico-me com a maioria dos portugueses.		1	2	3	4	5	6	7	
Identifico-me com os valores e ideais portugueses.		1	2	3	4	5	6	7	
Sinto-me parecido com os outros portugueses.		1	2	3	4	5	6	7	

Seguidamente pedimos-lhe que atente no comunicado publicado pela Diretoria (Portuguesa/Holandesa/Búlgara). Após a leitura atenta, pedimos-lhe que responda às questões seguintes circundando o número que melhor corresponde à sua opinião.

Diretoria (Portuguesa/Holandesa/Búlgara), 15 de Junho de 2017

**OPERAÇÃO P/H/B 13.5**

Foi detido um suspeito de nacionalidade (Portuguesa/Holandesa/Búlgara) por crimes de fraude fiscal e branqueamento de capitais em (Portugal/Holanda/Bulgária)

A Polícia de Investigação Criminal, com a colaboração do Departamento de Inspeção Fiscal, no âmbito de um processo titulado pelo Ministério Público (Português/Holandês/Búlgaro), procedeu à detenção de um suspeito de nacionalidade (Portuguesa/Holandesa/Búlgara), pela presumível autoria de crimes de fraude fiscal e branqueamento de capitais em (Portugal/Holanda/Bulgária).

De acordo com os elementos indiciários recolhidos, desde 2015 que o suspeito, através de 21 entidades singulares com utilização de faturação falsa e falsificação de outros documentos assim como de empresas *off-shore*, vinha praticando crimes fiscais e branqueamento de capitais em (Portugal/Holanda/Bulgária).

A investigação permitiu, até ao momento, apurar cerca de 13.500.000,00 € (treze milhões e quinhentos mil euros) de prejuízo para o Estado (Português/Holandês/Búlgaro) pelo não pagamento de impostos devidos no âmbito da atividade desenvolvida e indevida utilização de subsídios atribuídos pelo Estado à empresa que preside.

Nesta operação policial, envolvendo cerca de quinze elementos da Polícia de Investigação Criminal, foi dado cumprimento a 1 mandado de detenção emitido pela competente autoridade judiciária, realizando-se buscas domiciliárias às três residências do suspeito e à empresa farmacêutica onde trabalha também em (Portugal/Holanda/Bulgária).

O detido de nacionalidade (portuguesa/holandesa/búlgara), quadro superior numa organização farmacêutica com cerca de 300.000.000,00 € (trezentos milhões de euros) de faturação anual, vai ser presente a primeiro interrogatório judicial para aplicação das mediadas de coação tidas por adequadas.

A Diretoria (Portuguesa/Holandesa/Búlgara).

1. Em que medida concorda ou discorda que (Portugal/Holanda/Bulgária) comparativamente aos restantes países membros da União Europeia:

Ocupa uma posição de destaque no seio europeu	DISCORDO TOTALMENTE	1	2	3	4	5	6	7	CONCORDO TOTALMENTE
É determinante para o futuro da EU.		1	2	3	4	5	6	7	
Tem um estatuto elevado entre os vários países da EU.		1	2	3	4	5	6	7	
É subordinado de outros países europeus.		1	2	3	4	5	6	7	
Tem um estatuto baixo na EU.		1	2	3	4	5	6	7	

2. Em que medida concorda ou discorda que em (Portugal/Holanda/Bulgária) os indivíduos são:

Corruptos	DISCORDO TOTALMENTE	1	2	3	4	5	6	7	CONCORDO TOTALMENTE
Fraudulentos		1	2	3	4	5	6	7	

3. Em que medida concorda ou discorda que o Acusado representa:

Os cidadãos do seu país	DISCORDO TOTALMENTE	1	2	3	4	5	6	7	CONCORDO TOTALMENTE
A mentalidade dos seus compatriotas		1	2	3	4	5	6	7	
A forma de estar dos indivíduos no seu país		1	2	3	4	5	6	7	
O comportamento típico no seu país		1	2	3	4	5	6	7	
Os valores partilhados no seu país		1	2	3	4	5	6	7	

4. Indique em que medida, considera que o crime cometido pelo Acusado é:

Pouco Frequente	1	2	3	4	5	6	7	Muito frequente
Intolerável	1	2	3	4	5	6	7	Tolerável
Inaceitável	1	2	3	4	5	6	7	Aceitável
Imoral	1	2	3	4	5	6	7	Moral
Atípico	1	2	3	4	5	6	7	Típico
Incomum	1	2	3	4	5	6	7	Comum

5. De seguida, pedimos-lhe que indique em que medida concorda ou discorda, que o Acusado:

Prejudica o seu país	DISCORDO TOTALMENTE	1	2	3	4	5	6	7	CONCORDO TOTALMENTE
Ameaça a imagem do seu país		1	2	3	4	5	6	7	
Diminui a confiança no seu país		1	2	3	4	5	6	7	
Ameaça o prestígio do seu país		1	2	3	4	5	6	7	
É prejudicial para o futuro do seu país		1	2	3	4	5	6	7	

6. Gostaríamos de saber em que medida, concorda ou discorda, que o Acusado é:

Pouco Íntegro	1	2	3	4	5	6	7	Muito Íntegro
Desonesto	1	2	3	4	5	6	7	Honesto
Incompetente	1	2	3	4	5	6	7	Competente
Pouco Confiável	1	2	3	4	5	6	7	Muito Confiável
Antipático	1	2	3	4	5	6	7	Simpático
Pouco inteligente	1	2	3	4	5	6	7	Muito inteligente
Má pessoa	1	2	3	4	5	6	7	Boa pessoa
Ineficiente	1	2	3	4	5	6	7	Eficiente
Desagradável	1	2	3	4	5	6	7	Agradável

7. Na sua opinião, indique em que medida concorda ou discorda, que o comportamento do Acusado:

Advém da sua personalidade	DISCORDO TOTALMENTE	1	2	3	4	5	6	7	CONCORDO TOTALMENTE
É estimulado pela posição de poder e estatuto social que ocupa		1	2	3	4	5	6	7	
É estimulado pela falta de leis e regulamentação adequadas a estes casos		1	2	3	4	5	6	7	
É produto da sua motivação pessoal por mais poder e dinheiro		1	2	3	4	5	6	7	
É promovido pelo contexto social e económico da sociedade atual		1	2	3	4	5	6	7	
É estimulado por a justiça não atuar devidamente neste tipo de crimes		1	2	3	4	5	6	7	
Foi provocado pelo próprio na busca de oportunidades para defraudar o sistema		1	2	3	4	5	6	7	
Resulta dum sentimento de impunidade associado à posição social que ocupa		1	2	3	4	5	6	7	
Deve-se ao poder e estatuto social elevados que provocam maior tendência para a prática deste tipo de crimes		1	2	3	4	5	6	7	
Resulta da falta de severidade no julgamento deste tipo de crimes		1	2	3	4	5	6	7	
Advém do seu desconhecimento sobre o funcionamento legislativo do país		1	2	3	4	5	6	7	

8. Na sua opinião, em que medida concorda ou discorda que cada uma das medidas seguintes fossem aplicadas ao Acusado:

Não lhe deveria acontecer nada	DISCORDO TOTALMENTE	1	2	3	4	5	6	7	CONCORDO TOTALMENTE
Avançar com um pedido de desculpas público		1	2	3	4	5	6	7	
Ser despedido do seu cargo		1	2	3	4	5	6	7	
Cumprir serviço comunitário		1	2	3	4	5	6	7	
Julgado em tribunal pelos crimes		1	2	3	4	5	6	7	
Pagar uma multa e prosseguir em liberdade		1	2	3	4	5	6	7	
Ser despromovido mas continuar a trabalhar		1	2	3	4	5	6	7	
Preso pelo crime que cometeu		1	2	3	4	5	6	7	



9. Na sua opinião, em que medida concorda ou discorda que cada uma das situações que lhe são apresentadas de seguida deva ser implementada ao Acusado:

Deveria ser vigiado no futuro	DISCORDO TOTALMENTE	1	2	3	4	5	6	7	CONCORDO TOTALMENTE
Deveria fazer parte duma lista de transgressores que fosse acessível à comunidade		1	2	3	4	5	6	7	
Apresentar anualmente as suas finanças para análise		1	2	3	4	5	6	7	
Estar sinalizado pelas forças de segurança competentes		1	2	3	4	5	6	7	

10. Por último, considerando os fluxos migratórios que se verificam atualmente, indique em que medida concorda ou discorda que:

Deveria existir maior fiscalização sobre os imigrantes na entrada no país	DISCORDO TOTALMENTE	1	2	3	4	5	6	7	CONCORDO TOTALMENTE
Os imigrantes ocupam postos de trabalho das pessoas do país		1	2	3	4	5	6	7	
Os imigrantes beneficiam o país ao trazerem novas ideias e culturas		1	2	3	4	5	6	7	
A regulamentação e as leis de imigração deveriam ser mais restritivas e rigorosas		1	2	3	4	5	6	7	
Os imigrantes ameaçam a cultura do país		1	2	3	4	5	6	7	
Devia existir uma maior seleção dos imigrantes dependendo dos seus países de origem		1	2	3	4	5	6	7	
Os imigrantes legais devem ter os mesmos direitos que os cidadãos do país		1	2	3	4	5	6	7	
Os problemas sociais agravam-se com os imigrantes		1	2	3	4	5	6	7	
Os imigrantes deveriam ser vigiados após a entrada no país		1	2	3	4	5	6	7	
Os imigrantes são positivos para o desenvolvimento do país		1	2	3	4	5	6	7	
Os imigrantes são uma ameaça para a segurança do país		1	2	3	4	5	6	7	
Os imigrantes deveriam apresentar anualmente os seus documentos às autoridades		1	2	3	4	5	6	7	
O aumento no número de imigrantes poderá ser uma ameaça para o país no futuro		1	2	3	4	5	6	7	
Os imigrantes são geralmente positivos para a economia do país		1	2	3	4	5	6	7	

Muito Obrigado pela sua colaboração!

*Tabela 1.* Médias e Desvios-Padrão para o *score* de Estatuto por país.

	<i>Score</i> Estatuto	
	<i>M</i>	<i>DP</i>
Alemanha	6.03	.75
Dinamarca	5.03	.69
Holanda	4.93	.86
Roménia	5.22	.87
Croácia	4.34	.74
Bulgária	4.61	1.19

*Tabela 2.* Testes t-student para amostras emparelhadas – Países de Estatuto Superior com Países de Estatuto Inferior.

	Estatuto		
	Roménia	Bulgária	Croácia
Alemanha	$t(28) = 4.296, p < .001$	$t(28) = 6.026, p < .001$	$t(28) = 8.901, p < .001$
Dinamarca	$t(28) = -1.141, p = .263$	$t(28) = 1.728, p = .095$	$t(28) = 3.270, p = .003$
Holanda	$t(28) = -1.520, p = .140$	$t(28) = 1.221, p = .232$	$t(28) = 2.737, p = .011$

*Tabela 3. Normatividade do Desvio: Scores Item Fator após Rotação Varimax.*

	<i>Fator 1</i>	<i>Fator 2</i>
<i>Normatividade do Desvio</i>	<i>Validade Prescritiva</i>	<i>Validade Descritiva</i>
(1) Pouco Frequente - Muito Frequente	.020	<b>.867</b>
(2) Intolerável - Tolerável	<b>.948</b>	-.048
(3) Inaceitável – Aceitável	<b>.961</b>	-.055
(4) Imoral – Moral	<b>.917</b>	-.019
(5) Atípico – Típico	-.017	<b>.882</b>
(6) Comum - Incomum	-.127	<b>.909</b>

*Tabela 4. Avaliação do Desviante: Scores Item Fator após Rotação Varimax.*

<i>Avaliação Desviante</i>	<i>Fator 1</i> <i>Avaliação de</i> <i>Moralidade</i>	<i>Fator 2</i> <i>Avaliação de</i> <i>Competência</i>	<i>Fator 3</i> <i>Avaliação de</i> <i>Simpatia</i>
(1) Pouco Íntegro - Muito Íntegro	<b>.872</b>	.006	.031
(2) Desonesto – Honesto	<b>.902</b>	-.026	.054
(3) Incompetente – Competente	.213	<b>.698</b>	.255
(4) Pouco Confiável – Muito Confiável	<b>.807</b>	.098	.154
(5) Antipático – Simpático	-.018	.066	<b>.876</b>
(6) Pouco Inteligente – Muito Inteligente	-.060	<b>.860</b>	.031
(7) Má pessoa – Boa pessoa	<b>.493</b>	.221	.458
(8) Ineficiente – Eficiente	.002	<b>.868</b>	.181
(9) Desagradável - Agradável	.211	.280	<b>.733</b>

*Tabela 5. Atribuições ao comportamento do desviante: Scores Item Fator após Rotação Varimax.*

	<i>Fator 1</i>	<i>Fator 2</i>
<i>Atribuições Comportamento</i>	<i>Atribuições Externas</i>	<i>Atribuições Internas</i>
(1) Advém da sua personalidade	-.007	<b>.541</b>
(2) É estimulado pela posição de poder e estatuto social que ocupa	.388	<b>.530</b>
(3) É estimulado pela falta de leis e regulamentação adequadas a estes casos	<b>.768</b>	-.011
(4) É produto da sua motivação pessoal por mais poder e dinheiro	.080	<b>.778</b>
(5) É promovido pelo contexto social e económico da sociedade atual	<b>.520</b>	.287
(6) É estimulado por a justiça não atuar devidamente neste tipo de crimes	<b>.830</b>	.127
(7) Foi provocado pelo próprio na busca de oportunidades para defraudar o sistema	.205	<b>.682</b>
(8) Resulta dum sentimento de impunidade associado à posição social que ocupa	<b>.550</b>	.484
(9) Deve-se ao poder e estatuto social elevados que provocam maior tendência para a prática deste tipo de crimes	<b>.532</b>	.468
(10) Resulta da falta de severidade no julgamento deste tipo de crimes	<b>.765</b>	.179
(11) Advém do seu desconhecimento sobre o funcionamento legislativo do país	<b>.427</b>	-.359

*Tabela 6. Punição formal ao desviante: Scores Item Fator após Rotação Varimax.*

	<i>Fator 1</i>	<i>Fator 2</i>	<i>Fator 3</i>
<i>Punição Desviante</i>	<i>Exclusão</i>	<i>Julgamento</i>	<i>Punição Leve</i>
(1) Não lhe deveria acontecer nada	.018	<b>-.862</b>	.019
(2) Avançar com um pedido de desculpas público	-.019	-.028	<b>.784</b>
(3) Ser despedido do cargo	-.452	.244	<b>.486</b>
(4) Cumprir serviço comunitário	.037	.131	<b>.770</b>
(5) Julgado em tribunal pelos crimes	-.241	<b>.755</b>	.231
(6) Pagar uma multa e prosseguir em liberdade	<b>.809</b>	-.114	.030
(7) Ser despromovido mas continuar a trabalhar	<b>.770</b>	.071	-.026
(8) Preso pelo crime que cometeu	<b>-.728</b>	.343	.068

*Tabela 7. Escala de Imigração: Scores Item Fator após Rotação Varimax.*

	<i>Fator 1</i>	<i>Fator 2</i>
<i>Escala de Imigração</i>	<i>Atitude Negativa</i>	<i>Atitude Positiva</i>
(1) Deveria existir maior fiscalização sobre os imigrantes na entrada no país	<b>.725</b>	-.061
(2) Os imigrantes ocupam postos de trabalho das pessoas do país	<b>.581</b>	-.297
(3) Os imigrantes beneficiam o país ao trazerem novas ideias e culturas	-.214	<b>.773</b>
(4) A regulamentação e as leis de imigração deveriam ser mais restritivas e rigorosas	<b>.766</b>	-.128
(5) Os imigrantes ameaçam a cultura do país	<b>.590</b>	-.422
(6) Devia existir uma maior seleção dos imigrantes dependendo do seu país de origem	<b>.708</b>	-.336
(7) Os imigrantes legais devem ter os mesmos direitos que os cidadãos do país	-.082	<b>.508</b>
(8) Os problemas sociais agravam-se com os imigrantes	<b>.643</b>	-.351
(9) Os imigrantes deveriam ser vigiados após a entrada no país	<b>.758</b>	-.165
(10) Os imigrantes são positivos para o desenvolvimento do país	-.237	<b>.864</b>
(11) Os imigrantes são uma ameaça para a segurança do país	<b>.641</b>	-.467
(12) Os imigrantes deveriam apresentar anualmente os seus documentos às autoridades	<b>.662</b>	-.043
(13) O aumento no número de imigrantes poderá ser uma ameaça para o país no futuro	<b>.621</b>	-.495
(14) Os imigrantes são geralmente positivos para a economia do país	-.175	<b>.807</b>



*Tabela 8.* Médias e Desvios-Padrão para variáveis de controlo e dependentes –  
Nacionalidade do Desviante: Português.

	Português					
	Portugal		Holanda		Bulgária	
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Identidade Social	5.03	1.05	5.03	1.09	5.17	1.08
Estatuto	3.16	1.09	3.14	.82	3.38	.81
Corrupção	4.18	1.29	4.36	1.22	4.48	1.00
Validade Descritiva	4.79	1.11	4.88	1.25	4.78	1.19
Validade Prescritiva	2.02	1.46	1.84	1.07	1.69	1.22
Perceção de Ameaça	5.53	1.22	4.95	1.27	5.00	1.49
Exclusão	5.41	1.36	5.48	1.66	5.79	1.14
Julgamento	6.60	.73	6.77	.50	6.83	.40
Punição Leve	5.12	1.41	5.51	1.15	5.56	1.24
Avaliação de Moralidade	2.02	.94	1.86	.80	1.87	.78
Avaliação de Competência	3.94	1.17	4.13	1.38	4.17	1.23
Avaliação de Simpatia	3.73	.67	3.61	1.04	3.52	.82
Atribuições Internas	5.13	.87	5.20	.88	5.26	.85
Atribuições Externas	4.54	.99	4.51	.99	4.42	.99
Vigilância	5.35	1.23	5.52	1.15	5.29	1.22
Atitude Positiva	5.33	1.08	5.51	1.06	5.51	.99
Atitude Negativa	3.07	1.11	3.07	1.13	3.01	1.00

*Tabela 9.* Médias e Desvios-Padrão para variáveis de controlo e dependentes – Nacionalidade do Desviante: Holandês.

	Holandês					
	Portugal		Holanda		Bulgária	
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Identidade Social	4.72	1.09	5.25	.95	5.23	.94
Estatuto	4.66	.82	4.80	.83	4.88	.79
Corrupção	3.25	1.33	3.11	.99	2.70	1.26
Validade Descritiva	4.97	1.13	4.85	1.30	5.07	1.12
Validade Prescritiva	1.68	.77	1.66	.89	1.92	1.14
Percepção de Ameaça	4.01	1.59	5.01	1.36	4.24	1.60
Exclusão	5.60	1.16	5.33	1.41	5.57	1.24
Julgamento	6.73	.62	6.80	.49	6.74	.53
Punição Leve	5.33	1.39	5.61	1.24	5.39	1.33
Avaliação de Moralidade	2.06	.87	1.87	.79	1.87	.82
Avaliação de Competência	4.26	1.22	4.43	1.00	4.26	.97
Avaliação de Simpatia	3.79	.74	3.65	.82	3.62	.90
Atribuições Internas	5.12	.87	5.14	.74	5.14	.99
Atribuições Externas	4.46	.98	4.43	.94	4.27	.93
Vigilância	5.09	1.46	5.36	1.13	5.23	1.28
Atitude Positiva	5.44	.93	5.66	.93	5.59	.94
Atitude Negativa	2.96	1.19	2.97	1.20	2.90	1.34

*Tabela 10.* Médias e Desvios-Padrão para variáveis de controlo e dependentes – Nacionalidade do Desviante: Búlgaro.

	Búlgaro					
	Portugal		Holanda		Bulgária	
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Identidade Social	5.23	.97	5.07	.90	5.22	1.07
Estatuto	3.42	.76	3.35	.89	3.59	.97
Corrupção	2.83	1.56	2.18	1.14	3.38	1.57
Validade Descritiva	4.97	1.18	4.97	1.31	5.12	1.08
Validade Prescritiva	1.92	1.25	1.91	1.05	1.92	1.07
Perceção de Ameaça	4.85	1.32	4.31	1.56	5.19	1.42
Exclusão	5.62	1.32	5.56	1.25	5.86	1.02
Julgamento	6.80	.41	6.88	.36	6.83	.51
Punição Leve	5.54	1.10	5.61	1.22	5.72	.97
Avaliação de Moralidade	1.84	.70	2.03	.59	1.99	.82
Avaliação de Competência	3.94	.94	4.27	.99	4.32	1.07
Avaliação de Simpatia	3.49	.80	3.83	.70	3.64	.63
Atribuições Internas	5.19	.83	5.04	.80	5.25	.84
Atribuições Externas	4.55	.61	4.43	.81	4.62	.85
Vigilância	5.51	1.01	5.25	1.34	5.59	1.02
Atitude Positiva	5.41	.94	5.57	.84	5.48	1.05
Atitude Negativa	3.11	1.10	2.78	1.02	3.18	1.14